



FUNDAÇÃO

FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

RELATÓRIO ANUAL

21





FUNDAÇÃO

FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

RELATÓRIO ANUAL

21



N

Ú

M

E

R

O

S

**FUNDAÇÃO**
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

A Fundação em números

Research Studies



7

estudos publicados



31

candidaturas
analisadas

Publications



20

livros editados



+19%

vendas *online*
(vs. 2020)

Pordata



12.9 milhões

de páginas visitadas
(+9% vs. 2020)



2.302

notícias nos *media*
(+46% vs. 2020)

Digital



227

programas disponibilizados nos canais da Fundação
(+39% vs. 2020)



29 milhões

audiência nas actividades da Fundação
(+163% vs. 2020)

Digital



325.579

seguidores nas redes sociais
(+22% vs. 2020)



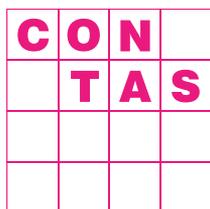
19.6 milhões

de páginas visitadas nos sites da Fundação
(+16% vs. 2020)

Índice



11	Introdução
13	Órgãos Sociais
14	Participação no Centro Português de Fundações
15	Gestão Operacional
17	Estudos
27	Publicações
32	Pordata
36	Marketing e Eventos
44	Área Digital
47	A Fundação e os <i>Media</i>
54	Relatório Financeiro do Exercício de 2021
55	Perspectivas para 2022



58	Balanço
59	Demonstração dos Resultados por Naturezas
60	Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)
61	Anexo
81	Certificação Legal das Contas
83	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



86	Anexo I Carta de Princípios
87	Anexo II Estatutos
94	Anexo III Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas
103	Anexo IV Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013
105	Anexo V Despacho de Autorização de Alteração Estatutária
106	Anexo VI Organigrama da Fundação a 31/12/2021
107	Anexo VII Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação
108	Anexo VIII Lista de Sites da Fundação
112	Anexo IX Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2021
116	Anexo X Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2021
116	Anexo XI Academia Pordata, Acções de Formação em 2021
117	Anexo XII Vendas Acumuladas dos Ensaios da Fundação, 2010-2021
120	Anexo XIII Vendas Acumuladas dos Retratos da Fundação, 2014-2021
122	A Equipa da Fundação em 2021





A C T I

V I

D A

D E

**FUNDAÇÃO**
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Em 2021, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurou conciliar a sua exigência de qualidade na produção científica com a sua ambição de alcançar uma audiência nacional cada vez maior.

Introdução

Estes desideratos foram cumpridos, permitindo à Fundação consolidar e ampliar os seus níveis reputacionais na sociedade portuguesa em matéria de rigor, pluralismo e independência.

Este foi um ano forte na área de estudos, marcado pela aprovação do novo Plano Científico Trienal 2021-23, que identificou dois desafios principais para o futuro: impacto e internacionalização. Foram estabelecidos quatro temas centrais para o próximo triénio, correspondendo às questões que, na visão da Fundação, terão mais relevo na vida dos Portugueses nos próximos anos: Digital, Segurança, Alterações Climáticas, Crises e Oportunidades.

Ao longo do ano, a Fundação divulgou sete estudos, salientando-se o Retrato sobre os Jovens e o novo paradigma para a economia portuguesa, que foram objecto dos dois Encontros, “Juventudes” e “Desafiar Portugal”.

Na área dos estudos, 2021 trouxe mais uma edição da Escola de Verão, evento *online* que juntou 45 alunos do ensino secundário para debater o tema da Igualdade. Houve também lugar para mais um Mês da Ciência e da Educação, um ciclo de seis conferências *online*, este ano dedicadas ao tema “O cérebro, o universo e tudo o resto”.

Na área das publicações, foram editados 20 livros. A colecção de Ensaaios incluiu temas como a biodiversidade, incêndios, poder local, raça e racismo, sexualidade e reprodução, drogas e toxicodependência. Na colecção Retratos, destaque para a publicação de obras sobre a corrupção, a nova masculinidade, o serviço público, as ilhas da Ria de Aveiro, ou a pesca do bacalhau. No final do ano, a Fundação editou um livro sobre a obra fotográfica de Artur Pastor, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa. O livro, que oferece um olhar retrospectivo

sobre várias décadas da história contemporânea portuguesa, teve grande aceitação por parte do público.

De notar que, apesar das grandes quebras de vendas que se fazem sentir no sector editorial português, a Fundação registou em 2021 um aumento de vendas unitárias na ordem dos 20%. Para este crescimento contribuiu também a qualificada presença da Fundação na Feira do Livro de Lisboa, que este ano ocorreu em Setembro.

Em 2021, a Pordata lançou uma série de novos projectos, dos quais se salienta a rubrica *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*, um conjunto de 17 metas a ser alcançadas por todos os países até 2030. Foi criada uma nova área no portal, dedicada às estatísticas dos Municípios, projecto que assumiu particular relevância em ano de eleições autárquicas. Foram também actualizados todos os dados estatísticos relativos ao Censos 2021. De destacar ainda os inúmeros *press releases* publicados ao longo do ano, apresentando aos órgãos de comunicação social um conjunto de dados estatísticos relevantes sobre temáticas diversas, que deram origem a 2302 notícias nos media, o que representa um aumento de cerca de 46% face ao ano anterior.

A Fundação atingiu em 2021 as maiores audiências de sempre em televisão: além do programa mensal *Fronteiras XXI*, exibido na RTP3, foram produzidos quatro documentários emitidos em horário nobre na RTP1 sobre os temas: mulheres, fundos europeus, saúde e estado social. Os documentários tiveram uma audiência global de quase cinco milhões de Portugueses.

O ano de 2021 foi também marcado pela expansão do universo digital da Fundação, com mais de 200 conteúdos disponibilizados nos seus canais, um aumento de 39% face a 2020.

A Fundação produziu a série de *podcasts* *[IN] Pertinente*, na qual quatro comunicadores conversaram com quatro especialistas sobre quatro temas: Economia, Sociedade, Política e Ciência. Foi também para o ar uma série de *videocasts*, grandes entrevistas com personalidades internacionais ligadas à política, economia e sociedade, que visam interpretar de forma acessível alguns dos temas mais relevantes da actualidade.

Nas redes sociais, o alcance da Fundação aumentou extraordinariamente em 2021, particularmente no Twitter, Instagram e Facebook. Já o *site* da Fundação contou com 19,6 milhões de páginas visitadas, um aumento de 16% face a 2020.

No seu conjunto, as actividades da Fundação em 2021 atingiram audiências globais de quase 30 milhões, o que, conjugado com a qualidade da produção científica elaborada, constitui um forte incentivo para toda a equipa, determinada a fazer ainda mais e melhor no ano de 2022.

Nota-se ainda que a Fundação tem exercido o seu mandato, em cumprimento da vontade do seu Instituidor, Alexandre Soares dos Santos, com preocupações muito rigorosas quanto à contenção dos gastos, ao controle das despesas de funcionamento, ao cuidado rigoroso em matéria de aquisição de serviços externos e ainda no que respeita ao recrutamento e ao dimensionamento correcto do seu quadro de pessoal, de forma a que se garanta uma correcta aplicação dos recursos colocados à sua disposição.

Órgãos Sociais

Em 2021 não houve qualquer alteração ao nível dos órgãos sociais da Fundação. No final do ano, os órgãos sociais eram compostos pelos seguintes membros:

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (presidente), Alda Carvalho, António Lobo Xavier, Eduardo Marçal Grilo, Luís Amado, D. Manuel Clemente, Nuno Garoupa.

Conselho de Administração

Jaime Gama (presidente), António Araújo, Fátima Barros, Inês Soares dos Santos Canas, Gonçalo Saraiva Matias, Helena Bento, Maria Manuel Mota, Luísa Loura, Nuno Crato.

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos (presidente), Paula Prado, EY.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída por membros do Conselho de Administração, e presidida pelo presidente do Conselho de Administração, Jaime Gama, é responsável pela gestão corrente da Fundação. Integra ainda os administradores Helena Bento (directora-geral), António Araújo (director de Publicações), Gonçalo Saraiva Matias (director de Estudos) e Luísa Loura (directora da Pordata).

A Comissão Executiva realizou 47 reuniões ao longo do ano, tendo continuado a informar regularmente os órgãos sociais sobre as actividades da Fundação, nomeadamente através do envio periódico das actas das suas reuniões para os membros do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração.

Para melhor disseminar internamente a informação relativa às actividades realizadas, a *newsletter* da Fundação continuou a ser publicada com regularidade mensal, e enviada a todos membros que, de forma relevante, integram o universo da Instituidora.

É de realçar a colaboração verificada com o Conselho Fiscal, bem como com o auditor externo, o que muito contribui para que a actividade da Fundação seja criteriosamente escrutinada em termos de transparência financeira e contabilística.

De igual modo, a Fundação mantém um diálogo permanente com a Presidência do Conselho de Ministros, que desempenha legalmente as funções de órgão de supervisão do sector fundacional português, cumprindo rigorosamente as normas e preceitos legais que, com essa finalidade, têm vindo a ser aprovados.

Participação no Centro Português de Fundações

No ano de 2021, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do administrador executivo António Araújo, uma participação activa na Direcção do Centro Português de Fundações (CPF), no âmbito do qual foram levadas a cabo, no plano nacional e internacional, diversas iniciativas de defesa e promoção do sector fundacional português.

Neste sentido, foi acompanhado de perto, com interlocução junto do Governo e dos partidos com representação parlamentar, o processo de aprovação da Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 67/2021, de 25 de Agosto), e da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública (Lei n.º 36/2021, de 14 de Junho), bem como outras acções relativas ao sector fundacional português, como a revisão estatutária do CPF e a realização de estudos sobre fundações e actividade filantrópica, levados a cabo pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa e Porto) e pela Universidade do Minho, e que serão divulgados no início de 2022.

Gestão Operacional

Em 2021, a equipa operacional da Fundação continuou a ser dirigida pela administradora executiva e directora-geral Helena Bento, que prossegue a execução da gestão corrente traçada pela Comissão Executiva, tendo em conta o papel dos seus outros membros na coordenação das áreas específicas de Estudos, Publicações e Pordata.

A equipa operacional da Fundação esteve organizada da seguinte forma:

- **Estudos** — João Tiago Gaspar (coordenador), Rita Rosado e Mónica Barreiros;
- **Publicações** — Susana Norton (coordenadora) e Duarte Vaz-Pinto (consultor externo);
- **Digital e Redes Sociais** — Joana Ferreira da Costa (coordenadora), Filipa Basílio e Joana Batista;
- **Audiovisual** — Joana Ferreira da Costa (coordenadora editorial), Filipa Basílio e António Borga (consultor externo);
- **Redesenho dos Portais Fundação e Assessoria de Imprensa** — Mariana Vaz da Silva, Filipa Coelho;
- **Marketing e Eventos** — Marta Lopes (coordenadora até Março); Teresa Pina (coordenadora) e Richard Freuis;

- **Pordata** — Ana Luísa Barbosa (coordenadora), Mónica Santos, Joana Zózimo, Sofia Barão, Inês Falcão e Marta Miranda;

- **Finanças** — José Quinta;

- **I.T e Sistemas** — Rui Pimentel;

A Comissão Executiva é apoiada nas suas funções por Maria Boavida, na qualidade de assessora do presidente do Conselho de Administração, e por Isabel Bernardes, na qualidade de assistente executiva da Administração.

Dois mil e vinte e um foi um ano de transformação na forma de trabalho da equipa da Fundação, com uma evolução positiva nos resultados alcançados e na qualidade da entrega do seu plano de actividades.

Em termos de resultados:

- Os programas da Fundação atingiram uma audiência total de 28,9 milhões, um crescimento de 161% em relação ao ano anterior;
- As actividades da Fundação geraram uma cobertura nos *media* que, se fosse paga, equivaleria a 87 milhões de euros;
- Concretizaram-se ganhos de eficiência na gestão, que permitiram gerar este alcance com uma dotação equivalente à de anos anteriores, mas uma redução no custo por contacto de 58%;
- A Fundação manteve o 4.º lugar no *ranking* de notoriedade das fundações em Portugal, mas a distância em relação ao terceiro lugar diminuiu em quatro

pontos percentuais (que é agora de apenas um 1 pp.);

- A percepção pública da importância do trabalho da Fundação aumentou, já que 85% das pessoas que a conhecem considera muito relevante o impacto que tem na sociedade (vs. 66% em 2020);
- Houve um grande crescimento nas redes sociais da Fundação, que agora ultrapassam os 200 mil seguidores; o alcance nas redes mais do que duplicou; e o nível de *engagement* mais do que triplicou.

Estes resultados assentam nos seguintes pilares:

- Uma estratégia de programação assente numa conjugação entre parcerias com os *media* e programação própria. As parcerias permitem a maximização do alcance e a programação própria, a independência e profundidade na abordagem;
- Uma estratégia de conteúdos e investimento específica para cada rede social e a medição permanente dos resultados alcançados e incorporação de melhorias;
- A criação de uma identidade própria para cada área de conteúdos e programas da Fundação, transposta para todas as peças de comunicação, com presença e reconhecimento da marca FFMS transversais a toda a programação;

- Aposta na formação dos *team leaders* da Fundação, com vista ao desenvolvimento das suas competências e a elevar o contributo das respectivas equipas;
- Amplificação temporal dos estudos da Fundação, com planos de divulgação que assegurem a continuidade da discussão por mais tempo na sociedade.

Num balanço global, 2021 foi um ano de forte presença da Fundação na sociedade, com a apresentação de estudos e publicações relevantes no contexto actual, e uma programação robusta — quatro documentários televisivos, nove emissões do programa *Fronteiras XXI*, 38 *podcasts* [IN] *Pertinente*, 12 *videocasts* [IN] *Pertinente*, 14 emissões do programa *Praça da Fundação*, seis programas do Mês da Ciência e da Educação, uma edição da Escola de Verão, um ciclo de quatro programas digitais dedicado à saúde mental, dois Encontros da Fundação, entre outros — e relevante, com uma selecção criteriosa de especialistas e uma curadoria de temas em consonância com os problemas actuais da sociedade.

Estudos

A coordenação científica da Fundação continuou a ser assegurada em 2021 pelo director de estudos e administrador executivo, Gonçalo Saraiva Matias, que contou com o apoio de três consultores: Carlos Jalali, na Área de Instituições; Fernando Alexandre, na Área de Economia; e Luísa Lima, na Área de Sociedade. A equipa de estudos é ainda constituída por João Tiago Gaspar (coordenador), Mónica Barreiros e Rita Rosado.

Dois mil e vinte e um correspondeu ao primeiro ano do Programa de Estudos trienal da Fundação (2021-2023), apresentado publicamente à comunidade académica portuguesa no dia 8 de Abril. Desde essa data, a equipa de estudos da Fundação recebeu 34 candidaturas, das quais 11 transitaram para a segunda fase do processo, estando a ser avaliadas por *referees* externos, com o método de revisão *double-blind*, por forma a garantir a isenção dos avaliadores.

No decorrer do ano de 2021, foram aprovados dois estudos da área de Instituições: “A abstenção eleitoral em Portugal: mecanismos e impactos”, coordenado por José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (FCSH-UNL), e “*Continuity and Change in Portuguese Policy Making*”, coordenado por António Tavares e Pedro Camões

(Universidade do Minho) e Patrícia Silva (Universidade de Aveiro).

Este foi um ano de consolidação da área de Estudos da Fundação e de lançamento de vários projectos futuros. A estratégia traçada para a divulgação do Programa de Estudos (2021-2023), desenvolvido em estrito cumprimento das determinações dos órgãos sociais da Fundação, foi bem-sucedida, a julgar pelo número de candidaturas recebidas. A qualidade da generalidade das propostas analisadas até ao momento permite antever estudos inovadores e capazes de gerar um impacto considerável na sociedade portuguesa.

Área de Economia

I. Estudos publicados em 2021

Durante o ano de 2021 foram publicados quatro estudos na Área de Economia. A saber:

1. «Artificial Intelligence Pathways and Opportunities: A View from Portugal»

Coordenação: João Castro (Nova SBE)

Apresentação pública: Este estudo, co-financiado pela Google, foi apresentado nos canais digitais da Fundação no dia 11 de Fevereiro. A apresentação contou com a presença de oradores como Ana Sofia Carvalho (Directora do Instituto de Bioética da UCP) e Liliana Ferreira (Directora do Fraunhofer

Research Center for Assistive Information and Communication Solutions).

Sinopse: O interesse na inteligência artificial e nas suas aplicações tem crescido nos últimos anos de forma significativa devido, essencialmente, ao aumento da capacidade computacional e à redução do seu custo. Inúmeros campos da ciência e da indústria têm procurado desenvolver e aplicar inteligência artificial, mas o seu potencial está ainda no início.

Este trabalho analisa, no contexto português, a actividade dedicada ao desenvolvimento da inteligência artificial na academia e as suas diversas aplicações, bem como os respectivos constrangimentos na indústria e nas políticas públicas. A maioria dos participantes neste estudo lidera o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial em Portugal, e sugere um debate alargado sobre a utilização actual e futura desta poderosa tecnologia. Com recurso a

documentação e entrevistas, os autores concluem que Portugal tem recursos qualificados e se encontra bem equipado para explorar a inteligência artificial.



2. «Crise e Crédito: Lições da Recessão de 2008-2013»

Coordenação: Carlos Carreira (Universidade de Coimbra)

Apresentação pública: Este estudo foi apresentado nos canais digitais da Fundação no dia 30 de Abril. A apresentação contou com a participação da economista Diana Bonfim (Banco de Portugal e Católica Lisbon School of Business & Economics) e de António Saraiva (Presidente da CIP).

Sinopse: Como é que a recessão de 2008-2013 afectou a saúde financeira das empresas em Portugal? Que consequências teve no emprego e na produtividade? E que dimensão têm as empresas *zombie* na economia portuguesa?

O que aprendemos com a crise de 2008-2013?

- Crédito malparado
- Empresas «zombie»
- Crescimento económico

Sexta às 11h em ffms.pt

CRISE E CRÉDITO

Debate do novo estudo

Sexta-feira, 30 Abril, 11H em ffms.pt

António Saraiva Diana Bonfim Carlos Carreira

Entre 2008 e 2013, a percentagem de empresas com crédito malparado aumentou de 15,7% para 29,1%. Partindo da realidade portuguesa, este estudo analisa o efeito das recessões económicas na dinâmica empresarial e mostra que as crises económicas agudas podem retirar empresas produtivas do mercado, tornando-se mais difícil a recuperação no período pós-crise.



3. «Sistemas de Transportes em Portugal»

Coordenação: Carlos Oliveira Cruz (IST-ULisboa)

Apresentação pública: Este estudo foi apresentado nos canais digitais da Fundação no dia 31 de Maio. A sessão contou com a participação de Alfredo Marvão Pereira (Professor de economia no College of William and Mary) e de Paulo Magina (Director-Adjunto da OCDE).

Sinopse: Este estudo visa fornecer uma perspectiva analítica sobre a eficiência do sector dos transportes em Portugal,

assim como das várias empresas de diferentes modos de transporte que o compõem, sob a perspectiva das dinâmicas económicas, financeiras e políticas que afectaram o sector. A esse respeito, a última década é um caso de estudo relevante, considerando a dinâmica económica (ciclos económicos de contracção e crescimento), a crise financeira de 2008 juntamente com a intervenção da *troika*, e uma grande variedade de formulação de políticas públicas (como privatizações, fusões, lançamento de concessões, etc.).

Com esta análise de avaliação *ex-post*, pretendeu-se clarificar a discussão pública em torno do sector, e das várias opções de política pública que o enformam, robustecendo o processo decisório do novo ciclo de investimento público que se avizinha no período 2020-30.





4. «Do Made in ao Created in: um Novo Paradigma para a Economia Portuguesa»

Coordenação: Fernando Alexandre (Universidade do Minho)

Apresentação pública: Este estudo foi apresentado no âmbito de um Encontro da Fundação, intitulado “Desafiar Portugal”, que teve lugar no Pátio da Galé, entre os dias 22 e 23 de Outubro. Entre os 15 oradores que marcaram presença, estiveram quatro membros do *Steering Committee* do projecto: David Autor (MIT), Ricardo Reis (LSE), Sérgio Rebelo (Northwestern University) e Thomas Philippon (NYU). Este estudo suscitou ainda seis sessões de apresentação a diferentes grupos de *stakeholders*.

Sinopse: O envelhecimento da população e a transição climática são enormes desafios ao crescimento da economia portuguesa e exigem um novo paradigma de criação de riqueza, assente no conhecimento, nas qualificações e na inovação. Através da análise de sete áreas distintas — (1) Ambiente económico: concorrência, mercados

e fiscalidade; (2) Sistema científico e tecnológico; (3) Qualificações e mercado de trabalho; (4) PMEs inovadoras; (5) Território e infra-estruturas; (6) Investimento directo estrangeiro e cadeias de valor globais; e (7) Estratégia nacional para o mar —, este estudo procura identificar obstáculos e oportunidades que permitam contribuir para a definição de políticas públicas de promoção de um crescimento sustentável da economia nacional, num contexto de estreita colaboração entre o sistema científico e tecnológico nacional e o tecido empresarial.

II. Estudos com publicação prevista para 2022

1. «O Mercado Imobiliário em Portugal»

Coordenação: Paulo Rodrigues (Banco de Portugal e Nova SBE)

Data prevista de apresentação: Março de 2022

Sinopse: Este estudo apresenta uma caracterização detalhada das diferentes dimensões do mercado imobiliário português até ao início de 2020. Nesse sentido, explora ângulos como a evolução dos preços nas últimas décadas, a acessibilidade habitacional e o arrendamento urbano. Apesar de o estudo ter sido desenvolvido quando não existia ainda informação suficiente sobre o impacto da pandemia de COVID-19

no mercado imobiliário, as análises desenvolvidas nos vários capítulos serão certamente úteis para a projecção de potenciais trajectos de evolução futura deste sector em Portugal.

2. «Financiamento do Empreendedorismo em Portugal: Restrições de Liquidez»

Coordenação: Miguel Ferreira (Nova SBE)

Data prevista de apresentação: Maio de 2022

Sinopse: Este estudo tem como principal objectivo avaliar o efeito das restrições financeiras no empreendedorismo. De forma a medir este efeito, o estudo analisa o programa *Montante Único*, que permitia a qualquer pessoa abrangida pelo subsídio de desemprego receber antecipadamente o valor total dos seus subsídios para criar um negócio. Este projecto é inovador porque apresenta evidência empírica inédita sobre o efeito causal entre o acesso a financiamento e a quantidade e qualidade do empreendedorismo desenvolvido em Portugal.

3. «O Financiamento de PMEs: A Crise e a Recuperação»

Coordenação: Clara Raposo (ISEG-ULisboa)

Data prevista de apresentação: Maio de 2022

Sinopse: Este estudo tem como objectivo medir o impacto do programa *PME Líder* sobre o desempenho, o acesso

a financiamento e o investimento das empresas que aderiram ao referido programa. Pretende-se quantificar o efeito daquele programa sobre as empresas que recebem a sua certificação e, em simultâneo, sobre as empresas que estabelecem relações comerciais com as empresas certificadas.

O programa *PME Líder* foi lançado em 2008 pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal e foi distinguido em 2016 com o prémio *European Enterprise Promotion Award*, atribuído pela Comissão Europeia. O principal objectivo deste programa era garantir que as PME com um bom desempenho tivessem acesso a financiamento durante a crise financeira internacional, o que se revelava particularmente relevante em Portugal dada a elevada proporção de PME na economia nacional.

III. Estudos a publicar em data posterior a 2022

1. «O Impacto do IRC na Economia Portuguesa»

Coordenado por Pedro Brinca (Nova SBE). Apresentação prevista para 2023.

Área de Instituições

I. Estudos publicados em 2021

Durante o ano de 2021, não foram publicados estudos no âmbito da Área de Instituições.

II. Estudos com publicação prevista para 2022

1. «Os Grupos de Interesse em Portugal»

Coordenação: Marco Lisi (FCSH-UNL)

Data prevista de apresentação: Abril de 2022

Sinopse: Apesar de os grupos de interesse (entendidos como organizações não-partidárias envolvidas em actividades políticas) terem uma presença quotidiana na vida dos cidadãos, o conhecimento existente sobre esta realidade em Portugal é muito escasso. Este estudo procura contrariar essa tendência, quer recolhendo informação sobre este tipo de entidades, quer analisando a percepção que os cidadãos têm delas. Com este projecto, os autores tentarão responder a questões como: Quais são os grupos com maior visibilidade e actividade na esfera política em Portugal? Que instrumentos e estratégias utilizam para defenderem os seus interesses? Os cidadãos confiam nos diferentes tipos de associações? E como avaliam a sua acção e o

contributo dos grupos de interesse para a democracia?

2. «Impactos Económicos, Sociais e Políticos da Covid-19 em Portugal»

Coordenação: Nuno Monteiro

(Universidade de Yale) e Carlos Jalali (Universidade de Aveiro)

Data prevista de apresentação: Maio de 2022

Sinopse: Poucos meses depois do surtimento da pandemia de COVID-19, a Fundação decidiu iniciar um estudo que apurasse os principais impactos da referida pandemia em sectores externos ao sistema de saúde, como a economia, a sociedade, as instituições democráticas, e a política internacional. Nesse sentido, desenvolveu-se um projecto abrangente e multidisciplinar, inicialmente coordenado pelo investigador da Universidade de Yale, Nuno Monteiro. O investigador faleceu inesperadamente a 5 de Maio, tendo Carlos Jalali, da Universidade de Aveiro, assumido as funções de coordenação do estudo. Entre outros instrumentos, a equipa de investigação recorreu à aplicação de inquéritos *online* e telefónicos, divididos em duas vagas, com o intuito de assegurar a representatividade da população portuguesa. Os resultados da primeira ronda de inquéritos foram divulgados em Julho de 2021 e o estudo final será publicado em Maio de 2022.

3. «O Estado Regulador em Portugal: Evolução e Desempenho»

Coordenação: Ana Lourenço (Católica Porto Business School)

Data prevista de apresentação: Junho de 2022

Sinopse: O objectivo principal deste estudo é analisar a evolução e o desempenho do Estado regulador em Portugal, na sua dupla vertente de regulação por entidades reguladoras independentes e de salvaguarda da regulação por um tribunal de competência especializada: o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS). Esta análise inclui três estudos de caso ilustrativos do fenómeno da regulação em Portugal: A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), a Autoridade da Concorrência (AdC) e a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM). Entre outras coisas, este estudo avalia a independência das entidades reguladoras a dois níveis: por um lado, a sua independência formal/legal; por outro, a sua independência *de facto* do poder político.

4. «Ética e Integridade na Política: Percepções, Controlo e Impacto»

Coordenação: Luís de Sousa e Susana Coroado (ICS-ULisboa)

Data prevista de apresentação: Outubro de 2022

Sinopse: Nos últimos anos, os níveis de confiança dos cidadãos nos parlamentos

e nos governos nacionais têm decrescido consistentemente em várias democracias. Os autores deste estudo desenvolveram questionários com o intuito de aferir eventuais divergências de opinião entre os cidadãos e os detentores de cargos públicos no que respeita a considerações éticas. Além disso, procuraram ainda avaliar se o declínio percebido de padrões éticos por parte de detentores de cargos públicos tem impacto no grau de satisfação dos cidadãos com o regime democrático.

5. «Cinquenta Anos de Democracia em Portugal»

Coordenação: António Costa Pinto, Pedro Magalhães e Jorge Fernandes (ICS-ULisboa)

Data prevista de apresentação: Outubro de 2022

Sinopse: Este estudo consiste na tradução portuguesa de um livro publicado pela Oxford University Press, intitulado: «The Oxford Handbook of Portuguese Politics». Trata-se de um manual sobre o sistema político português, que inclui mais de trinta capítulos, nos quais são abordados diferentes aspectos da política nacional, nomeadamente: sistema eleitoral, sistema partidário, sistema de governo (semipresidencialismo), sistema judicial, esquerda e direita em Portugal, selecção de candidatos e mercado laboral. Este livro pretende ser uma obra de referência sobre o funcionamento da democracia portuguesa nas últimas décadas.

III. Estudos a publicar em data posterior a 2022

1. «Liberal Democracy, the Law and the State: Portugal in a Comparative Perspective (1970s–2020s)»

Coordenado por Tiago Fernandes (ISCTE-IUL). Apresentação prevista para 2023.

2. «A Abstenção Eleitoral em Portugal: Mecanismos e Impactos»

Coordenado por José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (FCSH-UNL). Apresentação prevista para 2023.

3. «Recrutamento de Deputados à Assembleia da República (1975–2019)»

Coordenado por Jorge Fernandes (ICS-ULisboa). Apresentação prevista para 2023.

4. «Continuity and Change in Portuguese Policy Making»

Coordenado por António Tavares e Pedro Camões (Universidade do Minho) e por Patrícia Silva (Universidade de Aveiro). Apresentação prevista para 2024.

Área de Sociedade

I. Estudos publicados em 2021

Durante o ano de 2021 foram publicados dois estudos na Área de Sociedade.

A saber:



1. «A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos»

Coordenação: Fernando Diogo (Universidade dos Açores)

Apresentação pública: Este estudo foi apresentado no âmbito de um ciclo de cinco conferências transmitidas nos canais digitais da Fundação, e intitulado “A pobreza em Portugal”. Para além de uma sessão de apresentação dos principais resultados do estudo, cada uma das restantes conferências versou sobre uma área específica do projecto, designadamente: o papel da família;



a educação; a solidariedade social; o trabalho. Para maior amplificação dos resultados do estudo, a Fundação estabeleceu uma parceria com a TVI, que produziu cinco peças jornalísticas sobre os mesmos emitidas no *Jornal das 8*.

Sinopse: De acordo com a taxa de pobreza aferida pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2019 mais de 1,6 milhões de pessoas em Portugal encontravam-se em risco de pobreza, o que equivale a 16,2 % da população. Sem se saber quem é e como vive esta parte da população, e desconhecendo-se as suas perspectivas, dificilmente será possível compreender-se o país no seu todo. O objectivo deste estudo é entender a diversidade da pobreza, conhecer as trajetórias da população pobre e perceber de forma aprofundada como esta vive.



2. «Os Jovens em Portugal, Hoje: Quem São, o que Pensam e o que Sentem»

Coordenação: Laura Sagnier (PRM – Market Intelligence)

Apresentação pública: Este estudo foi apresentado no âmbito de um Encontro da Fundação, intitulado “Juventudes”, que teve lugar no Pavilhão Carlos Lopes, nos dias 27 e 28 de Novembro. Mais de 600 pessoas marcaram presença neste evento, incluindo centenas de jovens. Ademais, a divulgação deste estudo foi realizada em parceria com a TVI/CNN, que emitiu quatro grandes peças jornalísticas no *Jornal das 8*, assim como várias reportagens e artigos *online*.

Sinopse: Trata-se de uma investigação pioneira, tanto pela amplitude da população-alvo que representa (2,2 milhões de jovens entre os 15 e os 34 anos que residem em Portugal), como pela diversidade das temáticas investigadas. Estas incluem os valores e as atitudes perante a vida, a família de origem, os amigos e a pessoa parceira, a formação, o trabalho pago, os hábitos que têm, o que pensam em relação a questões como o trabalho, a mobilidade, a maternidade ou a paternidade, a política, o meio ambiente, a pressão social que sentem, até que ponto se sentem felizes, se sofreram alguma situação de discriminação, etc. A investigação «Os jovens em Portugal, hoje» foi conduzida por uma equipa de consultores e analisadas da PRM Market Intelligence, liderada por Laura Sagnier. O projecto contou ainda com a consultoria de duas investigadoras externas: Alice Ramos (ICS-ULisboa) e Evelia Alvarez (ISCTE-IUL).

II. Estudos com publicação prevista para 2022

1. «Territórios de Bem-estar»

Coordenação: Rosário Mauritti (ISCTE-IUL)

Data prevista de apresentação: Julho de 2022

Sinopse: O que contribui para o bem-estar dos cidadãos? Em que medida a pertença a determinadas categorias sociais ou o acesso a recursos (como o rendimento ou a escolaridade) se relacionam com as condições de bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos? Como deveremos avaliar e medir o progresso das sociedades? Para responder a estas e outras questões, os autores propõem um sistema de indicadores que permite aferir condições de bem-estar, contrastando diferentes territórios de Portugal.

2. «Como Comemos o que Comemos: Um Retrato do Consumo de Refeições em Portugal»

Coordenação: Ana Isabel Costa (Universidade Católica de Lisboa)

Data prevista de apresentação:

Setembro de 2022

Sinopse: Em Portugal, mais de metade dos adultos e cerca de um terço dos adolescentes têm excesso de peso ou são obesos. A investigação empírica demonstra que consumir alimentos preparados fora de casa contribui para uma dieta desequilibrada, mas a verdade é que se sabe muito pouco sobre os consumos alimentares dos Portugueses. Este estudo tem como objectivo principal a análise da evolução dos comportamentos individuais de planeamento, confecção e consumo de refeições em Portugal entre 2000 e 2020.

III. Estudos a publicar em data posterior a 2022

1. «Idadismo e Equidade no Local de Trabalho»

Coordenado por David Patient (Católica Lisbon School of Business & Economics). Apresentação prevista para 2023.

Publicações

Sob direcção do administrador executivo António Araújo, a Área de Publicações continuou a contar com a coordenação de Susana Norton e, em apoio externo, de Duarte Vaz Pinto.

O ano de 2021 demonstrou ter sido de recuperação após o período pandémico de 2020, dada a possibilidade de as livrarias, lojas e outros pontos

de venda poderem reabrir ao público. Contudo, e apesar das melhorias verificadas nesses canais, não foi possível ainda regressar aos níveis de vendas verificados em 2019.

Mantiveram-se medidas de confinamento e restrições sanitárias, que dificultaram o lançamento de novos títulos e, em particular, a sua divulgação junto dos leitores. Essa dificuldade levou a que a divulgação passasse a basear-se, essencialmente, nos meios digitais, para



os quais foi mobilizado um conjunto diversificado de personalidades de referência para participarem nas iniciativas da Fundação, tais como Carlos Gaspar, Marina Costa Lobo, Álvaro Domingues, Isabel Damasceno, Domingos Xavier Viegas, Sandra Sarmento, Ricardo Araújo Pereira, José Cunha Rodrigues, Edalina Sanches, Luísa Schmidt, Vânia Beliz, Tiago Rolino, João Seabra Diniz, Carlos Jalali, André Barata, João Ferrão, Maria José Roxo, entre outros.

Nesse sentido, a Área de Publicações procedeu a uma forte aposta no digital, seja na difusão dos seus conteúdos, no lançamento de novos títulos, ou ainda na comercialização *online*, cujas vendas cresceram 25% em quantidade, e 19% na totalidade dos canais.

Em estreita articulação com a Comissão Executiva da FFMS, entendeu-se que a missão da Fundação impõe a divulgação gratuita de vários dos seus conteúdos publicados em livro,



FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

PENSAR A HISTÓRIA E O PAPEL DA BLOGOSFERA EM PORTUGAL.

Descubra o que pensa Sérgio Roberto Costa no livro "A blogosfera portuguesa em Portugal".

RETRATOS DA FUNDAÇÃO: HISTÓRIAS QUE DÃO QUE PENSAR.

3,15€

* Preço FFMS de desconto sobre o preço de capa de 3,90€ (IVA incluída em 3,15€)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

PENSAR O COMBATE À CORRUPÇÃO EM PORTUGAL.

Descubra o que pensa Luís Rêgo no livro "40 anos de combate à corrupção".

RETRATOS DA FUNDAÇÃO: HISTÓRIAS QUE DÃO QUE PENSAR.

3,15€

* Preço FFMS de desconto sobre o preço de capa de 3,90€ (IVA incluída em 3,15€)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

PENSAR NOS PAIS E FILHOS CONFINADOS EM CASA.

Descubra o que pensa Paulo Guinote no livro "Quando as escolas fecharam".

RETRATOS DA FUNDAÇÃO: HISTÓRIAS QUE DÃO QUE PENSAR.

3,15€

* Preço FFMS de desconto sobre o preço de capa de 3,90€ (IVA incluída em 3,15€)

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

JÁ À VENDA EM FFMS.PT

RETRATOS DA FUNDAÇÃO

Adopção tardia

MARIA SEQUEIRA MENDES

1 JUNHO 19H
ASSISTA EM FFMS.PT

Adopção tardia: É possível uma família à medida?

MARIA SEQUEIRA MENDES | JOÃO ALMEIDA LOPES | HELENA MENDES

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

RETRATOS DA FUNDAÇÃO

Os homens também choram

NELSON MARQUES

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

JÁ À VENDA EM FFMS.PT

RETRATOS DA FUNDAÇÃO

Museus de Lisboa

COVADONGA VALDALISO

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SAUTER

JÁ À VENDA EM FFMS.PT

à semelhança do que é feito por instituições congéneres, nacionais e estrangeiras. Assim, e como medida de apoio à cultura, a Fundação ofereceu cerca de 350 mil exemplares das suas publicações a diversas entidades, tais como as bibliotecas dos estabelecimentos prisionais, bibliotecas das escolas secundárias e institutos politécnicos públicos, bibliotecas e pólos de leitura das juntas

de freguesias, e ainda a diversos hospitais públicos.

Por fim, a FFMS prosseguiu a publicação regular dos títulos programados para as suas colecções.

Na colecção Ensaios da Fundação foram publicados os seguintes títulos: *Incêndios em Portugal*, de António

RETRATOS DA FUNDAÇÃO

Homens sem coração

GUILHERME PILO

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

JÁ À VENDA EM [FFMS.PT](https://ffms.pt)

RETRATOS DA FUNDAÇÃO

Em que posso ser útil?

PEDRO VIEIRA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

JÁ À VENDA EM [FFMS.PT](https://ffms.pt)

RETRATOS DA FUNDAÇÃO

Ilhas da Ria

MARIA JOSÉ SANTANA

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

JÁ À VENDA EM [FFMS.PT](https://ffms.pt)

“ Estive mais de quarenta horas no mar, só com uma refeição, mas não parei. ”

GUILHERME PILO

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

“ Hoje, tenho algum pudor em desligar uma chamada de 'call center' porque sei o que está do lado de lá. ”

PEDRO VIEIRA

PRACA FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

VEJA EM [FFMS.PT](https://ffms.pt)

Terão as Ilhas da Ria de Aveiro Futuro?

1 SETEMBRO 15H

VEJA EM [FFMS.PT](https://ffms.pt)

PRACA FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

Renascença

“ As ilhas têm de ser preservadas pois são santuários para algumas espécies de aves. ”

PAULO RAMALHEIRA

PRACA FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

VEJA EM [FFMS.PT](https://ffms.pt)

Bento Gonçalves; *Descentralização e Poder Local em Portugal*, de Filipe Teles; *O Regresso das Ditaduras*, de António Costa Pinto; *Alterações Climáticas*, de Filipe Duarte Santos; *Racismo Hoje*, *Portugal em Contexto Europeu*, de Jorge Vala; *Sexualidade e Reprodução em Portugal em Tempos de Pandemia*, de Miguel Oliveira da Silva; *Democracia Local em Portugal*, de António Cândido Oliveira; *Biodiversidade e Aquecimento*

Global, de Maria Amélia Martins-Loução; *Lisboa em Metamorfose*, de João Seixas.

Por seu turno, a colecção Retratos da Fundação publicou os títulos *45 Anos de Combate à Corrupção*, de Luís Rosa; *Quando as Escolas Fecharam*, *Cadernos da Pandemia*, de Paulo Guinote;

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

JÁ À VENDA EM FFMS.PT

LIVROS DA FUNDAÇÃO

Limites da Ciência

2ª edição
Posfácio sobre a
pandemia de COVID-19

JORGE CALADO

Artur Pastor

ARTUR PASTOR
Fotografias de um
Portugal desaparecido,
que revelam um profundo
amor ao país
e ao seu povo.

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

VERDES ANOS

QUE HISTÓRIAS MARCARAM A SUA JUVENTUDE?

NOVO LIVRO

A Blogosfera Portuguesa: da Coluna Infame ao Ocaso de uma Era, de Sérgio Barreto Costa; *Museus de Lisboa*, de Covadonga Valdaliso; *Adopção Tardia*, de Maria Sequeira Mendes; *Os Homens Também Choram*, *Histórias da Nova Masculinidade*, de Nelson Marques; *Homens Sem Coração*, de Guilherme Piló; *Ilhas da Ria*, de Maria José Santana; *Em Que Posso Ser Útil*, de Pedro Vieira.

Além destes, e fora de colecção, foi reeditado o livro *Limites da Ciência*, de Jorge Calado, e publicada a obra *Artur Pastor*, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e com o Arquivo Fotográfico Municipal, uma publicação de prestígio sobre a vida e obra deste fotógrafo que, pela sua qualidade, tem tido uma recepção mediática e comercial muito apreciável.

Pordata

A direcção da Pordata manteve-se em 2021 sob a responsabilidade da administradora executiva Luísa Loura, e a coordenação da equipa, constituída por Mónica Santos, Joana Zózimo, Sofia Barão, Inês Falcão e Marta Miranda, esteve a cargo de Ana Luísa Barbosa.

Este foi um ano marcado pela aposta no enriquecimento dos conteúdos da base de dados, pelo desenvolvimento de formas mais apelativas de visualização da informação, e pelo aumento de seguidores nas redes sociais. A Pordata passou a incluir no seu acervo os principais indicadores de monitorização da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, tendo sido carregadas na base de dados da Europa as séries longas de cerca de 100 indicadores, organizados nos 17 objectivos da referida Agenda. O projecto foi lançado a 20 de Fevereiro e foi objecto de uma parceria com a CMTV, no seu programa *Falar Global*, que emitiu 17 vídeos sobre o tema. Cada vídeo registou uma audiência média de cerca de 150 mil espectadores.

Houve uma aposta em novas formas de visualização de dados, nomeadamente em relação ao tema das eleições autárquicas. A Pordata tirou partido da riqueza de informação existente ao nível dos municípios e disponibilizou ao público a nova área “Conheça o seu

Município”, interactiva e de fácil consulta, com gráficos de tendência e de comparação complementados com pequenos textos-resumo. No dia do lançamento desta área, 15 de Julho, registou-se um recorde de visualizações da página (63 mil), apenas ultrapassado pelas visualizações de 24 de Janeiro, dia das eleições Presidenciais (74 mil). De salientar ainda o sucesso da nova estratégia de divulgação dos dados da Pordata nas redes sociais, tendo a percentagem de acessos ao *site* através das redes sociais aumentado de 4% para 10%.

Dos dados à informação

Transformar dados em informação útil para a sociedade é uma das principais prioridades da Pordata. A pretexto de dias comemorativos ou de eventos de actualidade nacional e internacional, foram enviadas aos órgãos de comunicação social as seguintes sínteses temáticas alargadas: *Eleições Presidenciais*, a 24 de Janeiro — candidatos à Presidência da República, evolução da participação eleitoral e resultados eleitorais desde 1976; *Dia Mundial da Justiça Social*, a 20 de Fevereiro — análise do percurso de Portugal e dos países da União Europeia quanto à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; *Dia Internacional da Mulher*, a 8 de Março — destaques estatísticos

PORDATA

Informação estatística
que convida à discussão
informada sobre os
factos.

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Sabia que...

Portugal é dos países da UE com mais pessoas totalmente vacinadas?

PORDATA



sabia que...

1/5 DAS MORTES EM PORTUGAL SÃO PREMATURAS?



SABE ESCREVER SOBRE A SOCIEDADE COM BASE EM FACTOS?



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



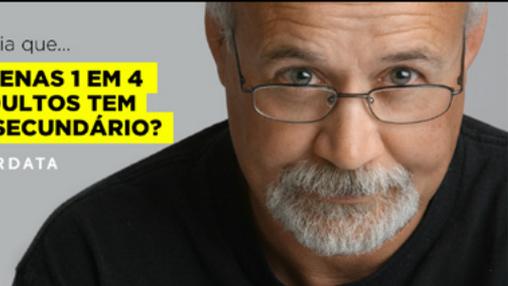
sabia que...
PORTUGAL CRIOU MENOS RIQUEZA DO QUE A ROMÉNIA, EM 2020?



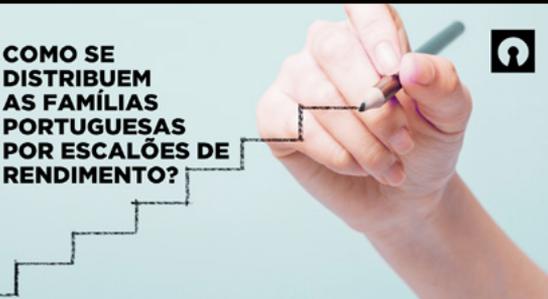
sabia que...

APENAS 1 EM 4 ADULTOS TEM O SECUNDÁRIO?

PORDATA



COMO SE DISTRIBUEM AS FAMÍLIAS PORTUGUESAS POR ESCALÕES DE RENDIMENTO?



PIB 2020

ALGARVE -16,7%
MADEIRA -14,3%
LISBOA -9,5%
AÇORES -9,2%
ALENTEJO -8,3%
NORTE -7,0%
CENTRO -5,9%



PORDATA

Que queixas têm os portugueses sobre as suas habitações ou locais de residência?

PORDATA kids

As estatísticas não são só para adultos.

PORDATA

Como se democratizou o ensino, em Portugal, desde 1974?



que analisam as diferenças entre homens e mulheres em diversas áreas da sociedade, tais como a população, a educação e o trabalho; *Dia do Trabalhador*, a 1 de Maio – mão-de-obra disponível, condições de trabalho, escolaridade e aprendizagem, desigualdade de género, salários, protecção social e impactos da pandemia; *Dia Mundial do Ambiente*, a 5 de Junho – destaques estatísticos e tendências nas áreas do clima e qualidade do ar, resíduos e economia circular, água e saneamento, território, biodiversidade e protecção ambiental, energia, economia da energia e impostos ambientais; *Eleições Autárquicas*, a 26 de Setembro – divulgação da nova área “Conheça o seu Município” e notas de destaque nos temas da população, educação, ambiente, mercado de trabalho, administração local e turismo; *Dia da Erradicação da Pobreza*, a 17 de Outubro – análise de um conjunto de indicadores que dão a conhecer a pobreza em Portugal e na Europa, nas suas várias facetas e na sua relação com a família, o trabalho e a escola.

Parcerias com órgãos de comunicação social

No âmbito da parceria da Fundação Francisco Manuel dos Santos com a RTP1, ficou à responsabilidade da Pordata a revisão dos dados estatísticos dos quatro documentários realizados em 2021: *Saúde dos Portugueses*, *Mulheres em Portugal*, *Impacto dos Fundos Europeus* e *Estado Social*. Foram ainda estabelecidas parcerias específicas para divulgação de conteúdos Pordata: a revista *Visão* acolheu o tema do Ambiente, tendo-lhe dedicado três artigos longos; o jornal *Observador* trabalhou as séries de dados económicos mensais de acompanhamento da pandemia (confiança económica, desemprego, *lay-off*, moratórias, endividamento, exportações e turismo), tendo publicado seis artigos e entrevistas; a CMTV integrou o novo tópico dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável no seu programa *Falar Global*, emitindo 17 vídeos temáticos de cerca de um minuto. Por fim, é de referir a continuidade da parceria com a revista *Visão Júnior* e com a Rede de Bibliotecas Escolares no âmbito do projecto de promoção da leitura “Miúdos a Votos”.

As diversas iniciativas realizadas traduziram-se num aumento de todos os indicadores de acesso ao *site* da Pordata: três milhões de sessões (mais

10% vs. 2020); 2°150°000 utilizadores, numa média diária de 5°890 (mais 10% vs. 2020); 12°900°000 visualizações de página (mais 9% vs. 2020). Ao longo do ano, os dados da Pordata foram referidos em 2302 notícias, das quais 1400 foram publicadas em órgãos de comunicação de alcance nacional e 187 foram veiculadas por canais televisivos.

Desenvolvimentos tecnológicos

Sendo a actualização dos seus mais de três mil quadros a principal actividade permanente da Pordata, em 2021 priorizou-se a melhoria da eficiência desse processo, mediante a implementação de aplicativos de integração automática (via API) dos dados estatísticos do eurostat, INE e SGMAI. Foram também criados mecanismos de comunicação entre as duas plataformas que suportam as bases de dados da Pordata, de modo a criar novas formas de visualização dos dados no *site*.

Academia Pordata

Em 2021, Academia Pordata realizou 540 formações em formato digital, registando-se um total de 23 389 inscritos, quase o dobro em relação a 2020 (ano de adaptação ao modelo *online*). De salientar que, pela primeira vez, as formações dirigidas ao ensino secundário superaram as dirigidas ao ensino básico e, de notar ainda, a expressiva procura por parte de instituições de ensino superior (81 acções de formação).

Programa de acolhimento de estágios

A Pordata deu continuidade ao programa de acolhimento de estágios: Rita Besugo, até Maio de 2021; João Faia e Marta Miranda, até Junho de 2021; Mariana Dias e Marcelo Abrantes dos Santos, a partir de Julho de 2021.

Marketing e Eventos

A programação da Fundação em 2021 manteve-se em formato digital até ao mês de Agosto, tendo sido realizados neste formato o lançamento de doze Ensaios e Retratos, assim como a divulgação de quatro estudos: “Inteligência artificial”, “Crise e crédito: Lições da recessão de 2008–2013”, “Sistemas de transportes em Portugal” e “A pobreza em Portugal: trajectos e quotidianos”. Este último estudo foi também o mote para um ciclo de conferências digitais sobre a pobreza, em que se discutiu o papel da família, da educação, do emprego e da solidariedade social.

Em Março, a Fundação trouxe o tema da saúde mental à Praça da Fundação, com um ciclo de debates em que se discutiu o impacto da pandemia nos adolescentes, nas mulheres, nos idosos e nos profissionais de saúde.

A 3.ª edição da Escola de Verão, este ano dedicada ao tema da Igualdade, realizou-se de 1 a 10 de Setembro e contou com a participação de 45 alunos de várias zonas do país. A programação incluiu palestras e debates “Oxford-style” e, este ano, foram abertas ao público, via *streaming*, três sessões dedicadas à discussão de questões como: O que

é a igualdade? Quão determinante é o contexto em que se nasce? Existirá igualdade de oportunidades entre homens e mulheres?

O Mês da Ciência e da Educação realizou-se de 20 de Outubro a 24 de Novembro, tendo incluído quatro entrevistas e dois debates com especialistas nacionais e internacionais. Camila Pang, Rui Costa e David Eagleman foram alguns dos convidados da edição deste ano, dedicada ao tema “O cérebro, o universo e tudo o resto”.

Em 2021 a Fundação lançou dois novos formatos digitais de comunicação: o *videocast [IN] Pertinente*, um programa de entrevistas a grandes especialistas sobre temas da actualidade que contou com a presença de Robert Reich, Mariana Mazzucato, Peter

23 - 26 DE MARÇO 2021
Vamos falar sobre
Saúde Mental
AGIR OU REAGIR?
FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS
SAIBA MAIS

FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

ESCOLA DE VERÃO '21
1 - 10 SET
PENSAR DIFERENTE. AGIR JUNTOS.
IGUALDADE

CANDIDATURAS · 24 MAIO A 6 JUNHO
FFMS.PI/ESCOLA-DE-VERAO-2021 | ALUNOS DO 10.º OU 11.º ANO DE ESCOLARIDADE, COM MENOS DE 18 ANOS |

O CÉREBR O UNIVERSO E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação

20 OUTUBRO A 24 NOVEMBRO 2021



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Explicar os humanos

CAMILLA PANG

20 OUT 19H

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

O CÉREBR
O UNIVERSO
E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação
20 OUTUBRO A 24 NOVEMBRO 2021

Olhos no espaço

CRISTINA OLIVEIRA
E NUNO PEIXINHO

27 OUT 19H

O CÉREBR
O UNIVERSO
E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Pseudociência na saúde

STEVEN NOVELLA

17 NOV 19H

O CÉREBR
O UNIVERSO
E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Cérebro e movimento

RUI COSTA

3 NOV 19H

O CÉREBR
O UNIVERSO
E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

O cérebro moldável

DAVID EAGLEMAN

24 NOV 19H

O CÉREBR
O UNIVERSO
E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação
20 OUTUBRO A 24 NOVEMBRO 2021

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Ensino a distância

TERRY ANDERSON
E NEUZA PEDRO

10 NOV 19H

O CÉREBR
O UNIVERSO
E TUDO O RESTO

mês da ciência e da educação

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



FINJ
PERTINENTE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

LIVE EM FFMS.PT
28 JULHO 21H

ENTREVISTA
Meredith Wadman
Vacinas: A Prova dos Factos



FINJ
PERTINENTE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

LIVE EM FFMS.PT
25 AGOSTO 21H

ENTREVISTA
François Heisbourg
Rússia, China ou EUA:
Qual o maior predador dos nossos tempos?



FINJ
PERTINENTE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

LIVE EM FFMS.PT
27 OUTUBRO 21H

ENTREVISTA
Peter Frankopan
China:
O nascer de uma nova era?



FINJ
PERTINENTE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

LIVE EM FFMS.PT
22 SETEMBRO 21H

ENTREVISTA
Johan Rockström
Alterações climáticas:
Ainda vamos a tempo?



FINJ
PERTINENTE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

LIVE EM FFMS.PT
24 NOVEMBRO 21H

ENTREVISTA
Edward Glaeser
Futuro:
Como serão as grandes cidades?



FINJ
PERTINENTE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

LIVE EM FFMS.PT
8 DEZEMBRO 21H

ENTREVISTA
Julianne Holt-Lunstad
Felicidade e bem-estar:
A Importância Dos Outros



FINJ
PERTINENTE

**+ 177 MIL
DOWNLOADS**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS



FINJ
PERTINENTE

**CONSEGUIMOS
OLHAR A POBREZA
DE FRENTE?**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

ANA MARKL



FINJ
PERTINENTE

**PODE HAVER
UM FIM
PARA A CIÊNCIA?**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

RUI COSTA LOPES



FINJ
PERTINENTE

**COMO AJUDAR UM
PEQUENO NEGÓCIO
A CRESCER?**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

HUGO VAN DER DING



FINJ
PERTINENTE

**DE QUANTAS
MULHERES SE FAZ
A IGUALDADE
DE GÉNERO?**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

CÁTIA BATISTA



FINJ
PERTINENTE

**PODE HAVER
UM FIM
PARA A CIÊNCIA?**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

JOANA MARQUES



FINJ
PERTINENTE

**DE QUANTAS
MULHERES SE FAZ
A IGUALDADE
DE GÉNERO?**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

PEDRO VIEIRA



FINJ
PERTINENTE

**+ 177 MIL
DOWNLOADS**

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DE SANTOS

ECONOMIA
HUGO VAN DER DING X CÁTIA BATISTA

SOCIEDADE
ANA MARKL X RUI COSTA LOPES

POLÍTICA
PEDRO VIEIRA X RAQUEL VAZ-PINTO

CIÊNCIA
JOANA MARQUES X VÍTOR CARDOSO

Frankopan e Thomas Barfield, entre outros; e o *podcast [IN] Pertinente*, um confronto bem-disposto entre a curiosidade e o saber, em que quatro comunicadores (Hugo van der Ding, Ana Markl, Pedro Vieira e Joana Marques) e quatro especialistas (Cátia Batista, Rui Costa Lopes, Raquel Vaz-Pinto e Vítor Cardoso) debatem temas de economia, sociedade, política e ciência, respectivamente.

O segundo semestre do ano foi marcado pelo regresso da Fundação à organização de eventos presenciais.

A Fundação marcou presença na 91.ª Feira do Livro de Lisboa, que este ano teve lugar de 26 de Agosto a 12 de Setembro, com o lançamento de seis Ensaios e Retratos e com a realização dos respectivos debates, ao vivo, no Auditório Sul.

O Encontro “Desafiar Portugal – Oportunidades para a próxima década”, realizou-se nos dias 22 e 23 de Outubro, no Pátio da Galé, em Lisboa, e contou com a presença de 12 especialistas nacionais e internacionais para o lançamento do estudo “Do *made in* para o *created in*: um novo paradigma para



**“ O futuro é agora.
Aquilo que o país será
daqui a 10, 20 ou 30 anos
constrói-se hoje.**

JOSÉ SOARES DOS SANTOS
PRESIDENTE DO CONSELHO DE CURADORES
DA FFMS



**Portugal precisa de mais
empresários qualificados,
para que possam
aumentar
o valor acrescentado
das empresas. ”**

RICARDO REIS
ECONOMISTA





Autor e Sérgio Rebelo, que integraram o comité de direcção que acompanhou e validou o desenvolvimento deste projecto. A apresentação pública deste estudo, e de um conjunto integrado de propostas concretas em áreas críticas de actuação, foi o ponto de partida para a discussão de como construir um país mais próspero e desenvolvido. Assistiram ao evento cerca de 290 pessoas.

Nos dias 27 e 28 de Novembro, no Pavilhão Carlos Lopes, teve o lugar o Encontro “Juventudes — os jovens renovam-se, a juventude é eterna”, que recebeu 615 participantes. Este

a economia portuguesa”. De destacar a presença de Fernando Alexandre, coordenador do estudo, bem como de Ricardo Reis, Thomas Phillipon, David



Encontro foi dedicado aos jovens de todas as gerações, tendo sido exploradas questões essenciais sobre o que as várias gerações têm em comum e aquilo que as separa. Ser jovem hoje é assim tão diferente do que era ser jovem nos anos 60 ou 80 do século passado? Esta e outras questões foram abordadas por dois grandes peritos internacionais, John Goodwin, soció-

que se consegue dar ferramentas à sociedade para aprofundar o seu conhecimento sobre a realidade portuguesa. As campanhas de comunicação das iniciativas da Fundação chegaram a mais de 15 milhões de utilizadores únicos, tendo sido implementada uma estratégia que permitiu chegar a um público mais qualificado e com maior afinidade com os conteúdos divulgados.

Os dois grandes Encontros da Fundação, *Desafiar Portugal e Juventudes*, registaram quase 67 800 visualizações digitais.

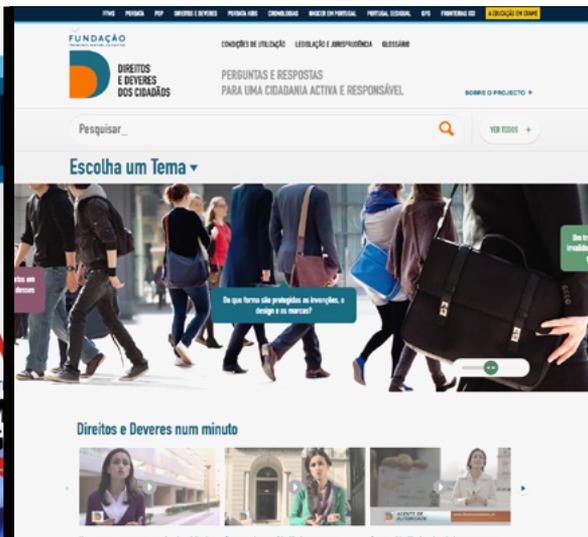
logo da Universidade de Leicester e Howard Williamson, professor de política Europeia da Juventude na Universidade de South Wales, e debatidas por uma dezena de especialistas nacionais e por jovens de várias idades. Neste Encontro foi apresentado o retrato “Os jovens em Portugal, hoje”, coordenado por Laura Sagnier, que serviu de ponto de partida para o debate sobre os processos de transição para a vida adulta e os principais desafios enfrentados pelos jovens ao longo das gerações.

Ranking de notoriedade e campanhas de comunicação

As campanhas de comunicação, as conferências e os debates, as publicações e os estudos são importantes contributos para o reconhecimento da Fundação. É através destas diferentes iniciativas

Através da diversificação de formatos e conteúdos, a Fundação procurou estreitar a sua relação com a sociedade e atrair um público mais vasto e mais jovem.

Relativamente ao *ranking* de notoriedade de fundações portuguesas, a Fundação posicionou-se em 4.º lugar, a seguir às fundações Champalimaud, Gulbenkian e Mário Soares. Os questionários de avaliação de notoriedade revelaram que 83% dos inquiridos conhece a Fundação ou um dos seus projectos, e 85% considera que tem um impacto muito relevante na sociedade. A Pordata continua a ser o projecto espontaneamente mais conhecido, seguindo-se os livros e os estudos da Fundação. Tendo em conta que a Fundação tem um reduzido *share of investment*, quando comparada com outras fundações em Portugal, este é claramente um dado muito positivo.



Área Digital

O ano de 2021 foi um ano de grande actividade na Área Digital da Fundação. As visualizações de páginas nos sites da Fundação cresceram para os 16,9 milhões, um aumento de 16% em relação a 2020, um ano já de si forte graças à transição de todos os conteúdos e de toda a programação da Fundação para o universo digital.

No site da Fundação foram vistas mais de 2,4 milhões de páginas, um aumento de 15% em relação a 2020. O site da Fundação tem hoje um público mais feminino (61%) e viu crescer o seu público jovem (25% tem entre 18 e 34 anos).

A área Play no site, onde é colocada toda a programação em formato de vídeo, ganhou também um enorme impulso, com quase 57 mil visualizações (+119% do que no ano anterior), tendo

ganhado também um acesso renovado através da *homepage* do site, com um carrossel de navegação interactivo que facilita o acesso direccionado aos principais conteúdos.

Em 2021, a programação da Fundação, incluindo debates, entrevistas, documentários, *podcasts* e *videocasts*, atingiu uma audiência superior a 1,1 milhões de pessoas nos canais digitais. No total, sobretudo com o aumento das emissões em televisão, os programas da Fundação atingiram uma audiência de 28,9 milhões.

Os debates mais vistos foram os emitidos na Praça da Fundação, com uma audiência de 286 mil pessoas, sobretudo aqueles emitidos durante a Feira do Livro, que chegaram a mais de 196 mil pessoas.

As seis conferências do Mês da Ciência e da Educação, dedicadas a debater «O cérebro, o universo e tudo o resto», foram vistas por quase 157 mil



peças, o triplo da audiência registada no ano anterior.

Em 2021, a Fundação lançou um novo formato de programa, o *videocast [In] Pertinente*, uma série de entrevistas a grandes personalidades internacionais sobre os principais temas da actualidade. Moderado pelo jornalista Pedro Pinto, o *videocast* atingiu uma audiência de 126 mil pessoas.

Já os vídeos e as páginas dedicadas aos dois grandes Encontros da Fundação, “Desafiar Portugal” e “Juventudes”, realizados respectivamente em Outubro e Novembro, registaram quase 67 800 visualizações digitais.

A apresentação de novos estudos da Fundação e os ciclos de debates em torno das suas grandes conclusões (como os estudos sobre a Pobreza em Portugal, Crise e Crédito ou Sistema de Transportes) foram vistos por mais de 57 000 pessoas.

Os quatro documentários lançados pela Fundação em 2021, “As Mulheres em Portugal”, “O que Ficará dos Fundos Europeus?”, “Tudo é Nada sem Saúde” e “Estado Social: Todos por Todos”, realizados em co-produção com a RTP, tiveram, nos canais digitais, uma audiência superior a 28 300 pessoas, atingindo nas emissões televisivas audiências de 4,7 milhões.

No que respeita aos *sites* da Fundação, salienta-se o grande crescimento de audiências registado no portal Direitos e Deveres, onde foram feitas actualizações e introduzidos novos vídeos de perguntas, com 2,8 milhões de visualizações de páginas (+67% vs. 2020). Destaque ainda para o *site* Portugal Desigual, actualizado em 2021 com os primeiros dados oficiais sobre o impacto da pandemia na pobreza e na desigualdade, que registou um aumento de visualizações na ordem dos 79% em relação ao ano anterior, e para o *site* Cronologias de Portugal

Contemporâneo, cujas visualizações aumentaram 28% em relação a 2020.

Em 2021, deu-se início ao desenvolvimento do novo portal da Fundação, que reunirá, num único local, todos os *sites* da Fundação, que hoje se encontram dispersos. A ideia é criar um portal *mobile first*, de fácil navegação e exploração, que será o centro de todo o ecossistema digital da Fundação, pensado numa lógica evolutiva e adaptável a desenvolvimentos futuros.

publicados em 2021 mais do que duplicaram o seu alcance em relação ao ano anterior, registando 38,7 milhões de visualizações.

Em 2021, registou-se um crescimento no número de seguidores em todas as redes da Fundação, que atingiram um total de 324 764. No Facebook, as contas da FFMS e da Pordata já são seguidas por 234 mil pessoas. Os aumentos mais expressivos foram registados no Twitter (61% vs. 2020) e no

Em 2021, registou-se um crescimento no número de seguidores em todas as redes da Fundação, que atingiram um total de 324 764.

Com o lançamento de uma série de campanhas *online*, em 2021 a comunidade de subscritores da *newsletter* semanal da Fundação continuou a crescer: os seguidores subiram 22% em relação a 2020, passando a *newsletter* a chegar a cerca de 27 mil subscritores.

A Fundação nas Redes Sociais

Com a introdução de uma nova estratégia para cada uma das sete redes sociais da Fundação, em 2021 foi possível aumentar substancialmente o tráfego nos *sites* da Fundação através das redes sociais, bem como as vendas na loja *online*.

Mais de 472 mil páginas dos *sites* foram vistas por pessoas encaminhadas pelo Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn. Os *posts* e as campanhas

Instagram (+56% vs. 2020).

De notar ainda que a interação da comunidade das redes sociais com os conteúdos da Fundação mais do que duplicou em relação ao ano anterior, tendo-se registado mais de 627 mil partilhas, cliques e comentários em *posts* de divulgação de estudos, de livros e dos *sites* da Fundação.

Além da implementação de uma nova estratégia, constantemente monitorizada, corrigida e adaptada para potenciar resultados, foi fundamental para o sucesso da Fundação nas redes sociais a criação de uma equipa especificamente dedicada a esses meios de comunicação, que entrou em funções em meados do ano.

A Fundação e os Media

A Fundação sempre reconheceu a importância de uma relação transparente e eficaz com os meios de comunicação social e com os jornalistas, com vista a assegurar uma ampla e adequada difusão dos seus conteúdos.

Assim, a assessoria de imprensa procura proceder à valorização dos conteúdos produzidos pela Fundação, assegurando a sua divulgação alargada e segmentada nos diferentes meios de comunicação, tendo em conta os diferentes públicos-alvo.

Procura-se, ainda, marcar a agenda mediática com temas de manifesto interesse público e que gerem debate na sociedade portuguesa.

Em 2021, as actividades da Fundação geraram 4358 notícias, correspondendo a mais de 87 milhões de euros de AAV (*Automatic Advertising Value*), indicador que mede o valor publicitário equivalente ao espaço ocupado pela notícia. Mais de 80% do valor de AAV foi gerado através de notícias publicadas em meios *premium*, ou seja, meios de grande relevância nacional, sejam meios televisivos ou imprensa escrita/*online*.

Do total de notícias publicadas, destaca-se o estudo “A Pobreza em Portugal”, com 485 notícias e com um

AAV de 10,7 milhões de euros, tendo sido este o tema mais noticiado em 2021.

Também os estudos “Os jovens em Portugal, hoje” e “Do *made in* ao *created in*: um novo paradigma para a economia portuguesa” tiveram uma relevante cobertura mediática, com 121 notícias e 113 notícias, respectivamente, sendo que o primeiro representou um AAV de quase 10 milhões de euros, e o segundo um AAV de 6,3 milhões de euros.

É igualmente relevante destacar a presença da Pordata nos meios de comunicação social tendo, em 2021, registado um total de 2302 notícias, com um AAV de cerca de 35 milhões de euros. Neste âmbito, destacam-se as notícias em que os dados divulgados pela Pordata são a fonte de informação, bem como as notícias que surgiram após o envio à comunicação social de *press releases* relacionados com o Dia da Pobreza, com o Dia da Mulher e com a divulgação da nova área do *site* da Pordata dedicada ao retrato sobre os municípios, no âmbito das eleições autárquicas.

Durante o ano, estiveram em vigor várias parcerias com órgãos de comunicação social. Em televisão, deu-se continuidade às parcerias com a RTP e com a CMTV, e realizaram-se duas parcerias com a TVI/CNN; na imprensa, manteve-se a parceria com o *Jornal Económico* e com o *Público*, realizaram-se novas parcerias com a *Visão* e com o *Observador*; e, em rádio, deu-se continuidade à parceria com a Renascença.

CISION | 12.07.2021 | Pág. 1 | 1.000 € | 1.000 €

Diário de Notícias

FERRAZ DA COSTA
"FUNDOS PODEM REFORÇAR DISTORÇÕES NO MERCADO E CRIAR ELEFANTES BRANCOS"

Problemas financeiros e competitividade liberalizada em artigos que analisam o futuro da economia portuguesa e o papel dos fundos de investimento.

ITÁLIA E CAMPEÃ
REVELEI A MENTE DO TÓNICO, CINZA E TACA

Como o futebol italiano se tornou o mais emocionante do mundo.

CARLOS FIDELIAS
Na defesa de Portugal, o melhor jogador do mundo

Porquê? Porque ele é o melhor jogador do mundo.

NOVO ANTOJO SÓCIO
No 200.º aniversário da cidade de Lisboa, a paragem de um século

Um ano de celebração e de reflexão sobre o futuro da cidade.

CISION | Expresso | 23.06.2021 | Economia | Pág. 1 | 1.000 € | 1.000 €

ECONOMIA

Risco máximo no abastecimento de cereais

Os preços dos cereais atingiram níveis recordes devido à redução da produção mundial e à guerra entre Rússia e Ucrânia.

COMO CHEGAMOS A GRANDE CRÍSE EM BELEGIKA?

Um Portugal mais rico e mais desenvolvido.

1.000 anos que Portugal mudou

Um ano de celebração e de reflexão sobre o futuro da cidade.

Impacto indireto da covid-19 é maior nos jovens, mais peso, pior sono, mais álcool e drogas

Estudo revela que os jovens estão a sofrer mais com o impacto indireto da covid-19, incluindo aumento de peso, problemas de sono e consumo de álcool e drogas.



"Não me parece que haja o risco de os juros da dívida dispararem"

Francisco Gomes de Matos defende que Portugal não enfrenta um risco de desajustamento da dívida pública.



CISION | 27.11.2021 | Pág. 1 | 1.000 € | 1.000 €

Estudo revela que 26% dos jovens já se medicaram para a depressão

Um estudo internacional revela que 26% dos jovens já se medicaram para a depressão, um aumento preocupante.

Viagens obstruídas
Viagem cancelada devido a problemas de saúde

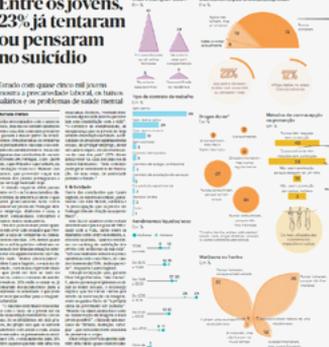
Beviço Beirão
É o melhor vinho de Portugal

Fogos suspeitos
Cinco jovens confundidos com vândalos

Oportunidades para crescer
Apesar da crise, o mercado português continua a atrair investidores

Entre os jovens, 23% já tentaram ou pensaram no suicídio

Infográfico detalhado sobre a saúde mental dos jovens, incluindo estatísticas e gráficos sobre depressão e suicídio.



CISION | Jornal de Notícias | 12.07.2021 | Pág. 1 | 1.000 € | 1.000 €

Um quinto dos jovens refere consumir mais álcool

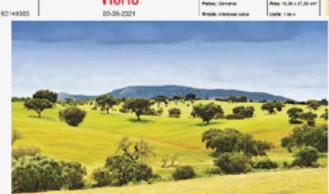
Estudo de Francisco Gomes de Matos revela que um quinto dos jovens consome mais álcool devido ao impacto da covid-19.



CISION | VISÃO | 20.06.2021 | Pág. 1 | 1.000 € | 1.000 €

Raio-X ao ambiente em Portugal

Da água ao clima, da energia ao resíduos, do bioeconomia à qualidade do ar, a VISÃO, em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos, fará o retrato ambiental do país em sete dias.



Há um "alto padrão de repressão" sexual entre o género feminino

Artigo de opinião sobre a repressão sexual e o papel da mulher na sociedade portuguesa.



RTP

- Emissão de nove programas *Fronteiras XXI* na RTP3, com uma audiência total de cerca de 1,2 milhões de espectadores e com uma média de 133 mil espectadores por programa.
- Co-produção de quatro documentários na RTP1: em Abril, “Mulheres em Portugal” (audiência total: 1408 640 espectadores); em Julho, “O que ficará dos fundos europeus” (audiência total: 1253 219 espectadores); em Outubro, “Tudo é nada sem saúde” (audiência total: 1113 710) e em Dezembro, “Estado social — Todos por todos” (audiência total: 966 867 espectadores).

CMTV

- Três programas *Falar Global* dedicados ao Mês da Ciência e da Educação, com entrevistas a especialistas que debateram o tema «O Cérebro, o Universo e tudo o resto».
- 17 programas dedicados aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Estes programas registaram uma audiência total de 2,8 milhões de espectadores.

TVI/CNN

- Divulgação do estudo “A Pobreza em Portugal: Trajectos e Quotidianos”, que incluiu um conjunto de reportagens televisivas, correspondentes a 4,5 milhões de euros de AAV.
- Divulgação do estudo “Os Jovens em Portugal, Hoje,” que incluiu: a cobertura televisiva do Encontro “Juventudes” através de directos na CNN; a emissão de quatro reportagens televisivas sobre os jovens, no *Jornal das 8*, que registaram uma média de 850 mil espectadores por emissão; a publicação de cinco artigos na CNN Online.

Jornal Económico

- Publicação de 12 artigos, com uma cadência mensal, escritos por autores de Ensaios da Fundação.

Jornal Público

- Emissão do podcast *Assim fala a Ciência*, onde se pretende esclarecer algumas das limitações e incertezas da ciência e, ao mesmo tempo, explicar os projectos de investigação de alguns cientistas portugueses.

Revista Visão

- Publicação de quatro artigos sobre a temática do Ambiente, a partir de dados da Pordata.

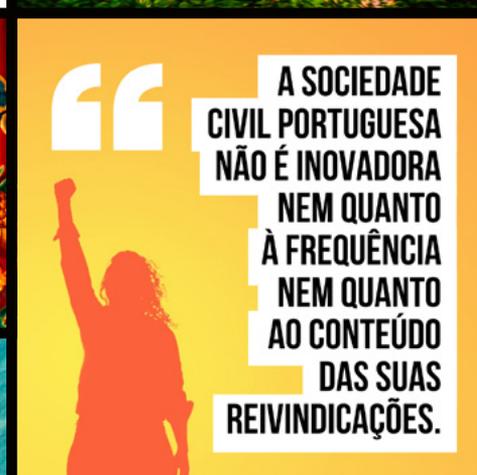
Jornal Observador

■ Publicação da rubrica “Pandemia em números” onde, através de reportagens, vídeos e artigos, foram divulgados dados-chave e indicadores sobre a pandemia.

Rádio Renascença

■ Emissão do programa *Da Capa à Contracapa*, às terças-feiras, às 23h15, que chegou a 868 141 pessoas (audiência total).

■ Emissão da rubrica “A Fundação dá que pensar”, às sextas-feiras, às 17h20, que registou uma audiência total de 4054 650 ouvintes.





Programa *Fronteiras XXI*

A 5.ª temporada do *Fronteiras XXI* começou mais tarde do que o habitual, em Março, de forma a permitir que a sua emissão deixasse de ser feita a partir dos estúdios da RTP, onde fora realizada em 2020 devido à pandemia, e regressasse ao Teatro Thalia.

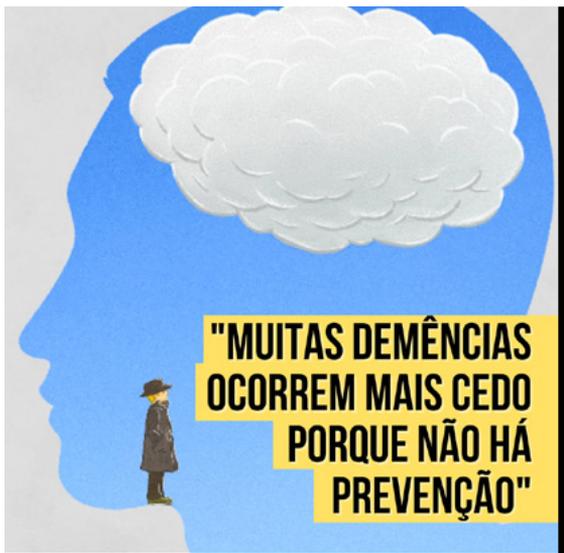
Essa transição revelou-se uma boa aposta porque as audiências do programa subiram, contrariando a quebra nas audiências televisivas, e alcançando mais de 1,2 milhões de espectadores, incluindo repetições.

Em 2021, foi ainda possível realizar um terço dos programas no exterior (no Museu da Electricidade, na Gare Marítima de Alcântara e na Tapada da Ajuda), ajudando a cimentar a imagem do *Fronteiras XXI* como um programa de grande produção.

O *Fronteiras XXI* alcançou uma média de 133 mil espectadores por programa.



Em debate ao longo das nove emissões estiveram temas que cruzaram estudos, livros e autores da Fundação: da corrupção aos desafios digitais da pandemia, da pobreza ao radicalismo no debate público, da demência à forma como Portugal é visto no mundo, da liderança da China aos problemas de logística no abastecimento global. Nestes debates em directo participaram 36 oradores e foram entrevistados 18 peritos



internacionais e reputados especialistas portugueses no estrangeiro.

O *Fronteiras XXI* alcançou uma média de 133 mil espectadores por programa (+7% vs. 2020). O episódio mais visto do ano, “Quanto vale a floresta portuguesa?” atingiu os 211 mil espectadores, e o segundo, “Como se combate a corrupção?”, foi visto por 186 mil pessoas.

Este ano, a Fundação e a RTP introduziram várias novidades no programa, nomeadamente a apresentação de vídeos animados que resumem os grafismos num formato mais apelativo. O programa voltou a incluir reportagens, tendo-se mantido a aposta em entrevistas a grandes especialistas internacionais, que permitem visões alargadas e novos pontos de vista sobre os temas.

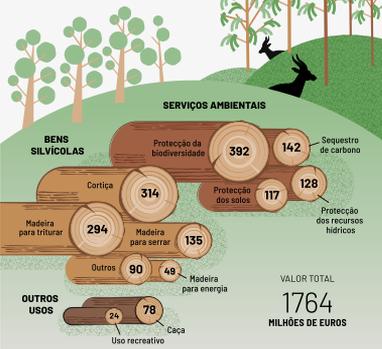
No site do *Fronteiras XXI*, foram visitadas 316 mil páginas e registou-se um aumento da participação do público, através do envio de perguntas para o fronteirasxxi.pt, tendo sido recebidas mais de 400 questões dirigidas aos oradores.



QUANTO VALE A FLORESTA

As florestas produzem bens privados que se comercializam e bens públicos que são difíceis de estimar. Não há uma contabilidade oficial total. Mas um estudo apresentado este ano chegou a um número aproximado: a floresta portuguesa produz o equivalente a 1,8 mil milhões de euros por ano. Quase metade refere-se aos serviços dos ecossistemas

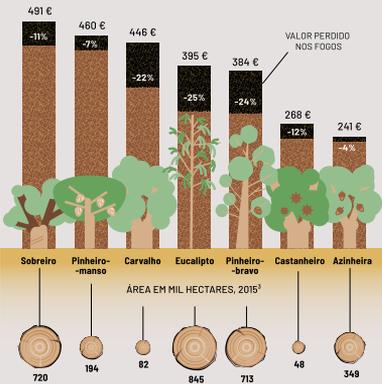
MILHÕES DE EUROS, 2018*



E POR TIPO DE ÁRVORE?

Um estudo anterior¹, de 2016, produziu cálculos semelhantes, mas para cada tipo de espécie florestal, levando também em conta os serviços ambientais. Os resultados apontam o sobreiro como a espécie mais valiosa e mostram que os fogos reduzem em um quarto o valor dos pinhais e eucaliptais

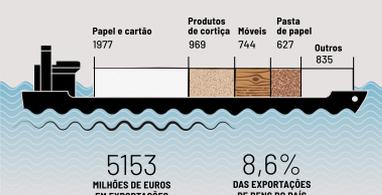
EUROS POR HECTARE POR ANO, 2014



O QUE MAIS SE EXPORTA

Um em cada doze euros gerados pelas exportações em Portugal vem de indústrias da floresta, sobretudo as do papel e da cortiça. O sector exporta o dobro do que importa, resultando num saldo positivo de 2,5 mil milhões de euros na balança comercial

MILHÕES DE EUROS, 2018*



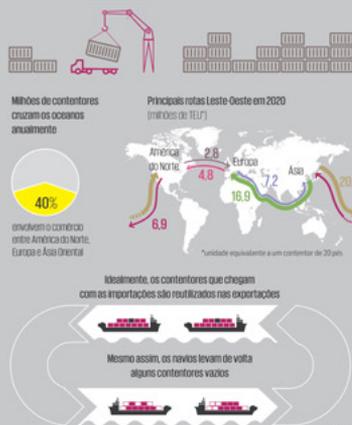
FUNDAÇÃO para o desenvolvimento sustentável

INFORMAÇÃO DE ANA SERRA E RICARDO GARCIA

FONTES: Méndez, Amorim (2021). Quanto vale a floresta portuguesa? O valor contabilizado e o valor desconhecido. apresentação publicabilidade floresta.pt, 20 de fevereiro de 2021. Os dados referem-se a diferentes anos: conservação da biodiversidade, bens silvícolas e sequestro de carbono, 2018; proteção dos solos contra a erosão, 2007; caça, 2016; uso recreativo, 2016; proteção dos recursos hídricos, 2012. O valor final é aproximado e não teve em conta a atualização dos preços. ¹ Lopes, Ana Paula e Cunha e Sá, Maria A. (2016). The economic value of Portuguese forests - the effect of tree species on ecosystem of forest ecosystem. presented at the 10th International Conference on Forest Economics and Management (ICFEM 2016), 8-10 Setembro de 2016, Universidade Nova de Lisboa. ² INE, Contas económicas da floresta

ONDE PARAM OS CONTENTORES?

Como a pandemia gerou uma crise nos transportes marítimos que perturbou gravemente as cadeias de abastecimento



Como a pandemia mudou tudo



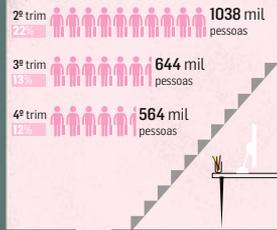
O CASULO DIGITAL

Podemos fazer quase tudo digitalmente, a partir de casa, e a pandemia obrigou-nos a um teste sem precedentes. Qual foi o resultado?

TRABALHO

O teletrabalho chegou a atingir um milhão de pessoas com a pandemia. Mas está a diminuir.

População empregada em teletrabalho em 2020



Informação e comunicação



Onde houve mais teletrabalho



EDUCAÇÃO

A experiência da pandemia expôs as dificuldades de educação a distância.

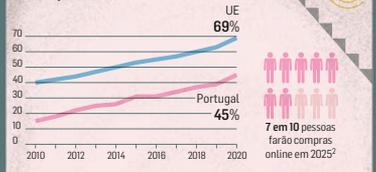
Como os alunos têm aprendido



COMPRAS

O avanço do comércio electrónico é imparável. Em 2020, as preferências é que mudaram.

Quanto compram online pelo menos uma vez por ano?

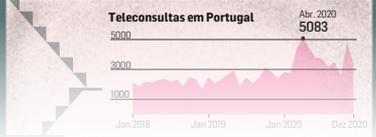


Quanto fazem mais de cinco encomendas em três meses



SAÚDE

As teleconsultas aumentaram com a pandemia. Mas os médicos não as querem para tudo.



¹ https://www.inec.pt/pt/indicadores/indicadores-de-atividade-economica/atividade-economica

Relatório Financeiro do Exercício de 2021

O relatório financeiro reflecte as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, tratando-se de um gesto extremamente honroso pela confiança que traduz nos órgãos sociais.

O Conselho de Administração persiste numa política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os compromissos assumidos.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de colaboradores ajustado aos projectos em curso, reflectido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referidos no Relatório e Contas.

A distribuição temática e funcional dos projectos revela consistência e continuidade de opções e de métodos associados à actividade da Fundação.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24 de Junho de 2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos para o Fundo Patrimonial na rubrica Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado positivo apurado de 2021, de 354,653€, seja transferido para os Resultados Transitados.

Perspectivas para 2022

A situação de pandemia que persistiu em 2021 gera ainda algumas incertezas quanto à natureza — presencial ou *online* — de muitas actividades da Fundação em 2022. Mas, independentemente do formato, a programação ao longo do ano prevê-se robusta e relevante.

Na área das Publicações, está prevista a edição de nove Ensaio — que abrangem temas como a economia azul, os portos, a protecção social, o património, o futuro da alimentação, ou a violência no namoro — e de nove Retratos, sobre temas como o trabalho da limpeza, o teatro, ou a emigração. Serão ainda publicados dois livros fora de colecção, um sobre o populismo e outro sobre paisagens de Portugal.

Na área científica, serão divulgados dez novos estudos, sobre temas como o impacto da pandemia, o mercado imobiliário, o empreendedorismo, a alimentação, a regulação, ou a ética na política. Estão também previstas novas edições da Escola de Verão e do Mês da Ciência e da Educação, que serão dedicadas ao tema das alterações climáticas.

No que se refere à Pordata, o ano de 2022 será dedicado à definição de uma nova arquitectura de sistemas e à reformulação da *homepage* do *site*, com o objectivo de gerar mais tráfego, atrair novos utilizadores e permitir uma melhor experiência de navegação. O tema

“Ambiente” será reformulado e serão integrados no portal os novos indicadores do Censos 2021.

As actividades da Fundação em 2022 incluem ainda a produção de mais uma série de *podcasts* [IN] *Pertinente*, bem como do *videocast* mensal *Isto Não É Assim Tão Simples*. A Fundação voltará a produzir, em parceria com a RTP1, uma série de quatro documentários, a emitir em horário nobre, dedicados aos seguintes temas: Jovens, Ensino Superior, Desafios Demográficos e Alterações Climáticas. Em 2022 irá também para o ar a 6.ª série do programa *Fronteras XXI*, emitido mensalmente na RTP3.

Em 2022, a Fundação prosseguirá os seus objectivos de disponibilizar aos Portugueses informação pertinente e actualizada, bem como um conjunto de instrumentos de reflexão, cientificamente consistentes, sobre os temas mais relevantes na sociedade. As suas actividades continuarão a pautar-se por critérios de independência, rigor e pluralismo, visando-se amplificar o seu alcance e impacto.

Lisboa, 25 de Março de 2022



**C O N
T A S**

**FUNDAÇÃO**
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

De 31 de Dezembro de 2021
e 31 de Dezembro 2020
(montantes expressos em euros)

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS ANEXO	Período 2021	Período 2020
Vendas e serviços prestados	13.1	171 774	169 269
Subsídios, doações e legados à exploração	14	7 693 000	7 000 000
Custo das mercadorias vendidas	5.1	(217 682)	(172 750)
Fornecimentos e serviços externos	15	(5 852 954)	(5 029 011)
Gastos com o pessoal	16.1	(1 375 536)	(1 279 415)
Imparidades de inventários (perdas e reversões)	5.4	301 188	(26 846)
Aumentos/redução de justo valor	18	41 271	
Outros rendimentos	13.2	61 459	50 382
Outros gastos	17	(465 345)	(87 755)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		357 175	623 874
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		357 175	623 874
Juros e rendimentos similares obtidos		0	62
Juros e gastos similares suportados		(2 522)	0
Resultado antes de impostos		354 653	623 936
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		354 653	623 936

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members, including names like Heleferes, Paulo Sáenz, and others.

O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Handwritten signature of the Certified Accountant, Paulo Sáenz.

Anexo

1. Nota introdutória

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “FUNDAÇÃO” ou “FFMS”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. (Sociedade Fundadora), a 12 de Fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A 1 de Março de 2013, foi publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 43 – Bloco C a confirmação do estatuto de utilidade pública, passando, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.

A escritura dos novos estatutos realizada a 21 de Novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça foi aprovada pelo Conselho de Ministros, através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objecto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO tem desenvolvido estudos em diversas áreas sociais: demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, estado, instituições democráticas, entre outras. O detalhe de cada um destes estudos está apresentado no Relatório Anual de Actividades.

Em 2020 foi observável uma retracção económica geral devido à pandemia de Covid-19, que continuou no início de 2021.

A Fundação ajustou os seus programas, quer nas publicações, procedendo a uma forte aposta no digital, quer na difusão dos seus conteúdos, através de novos títulos e da comercialização on-line.

A nível dos Estudos, reconheceu-se o grande impacto que esta pandemia gerou na sociedade, tendo-se decidido estudá-la com um trabalho sobre “Impactos Económicos, Políticos e Sociais da Pandemia de Covid-19 em Portugal”.

Trata-se de um contributo muito relevante da Fundação para o debate público sobre a crise de saúde pública que tem assolado o mundo ao longo dos últimos meses.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho que transpôs, para a ordem jurídica interna, a Directiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de Junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de

Contabilidade (NIC) e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Continuidade

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos doze meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respectivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os activos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizadas na preparação das quantias comparativas, pelo que sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogados, e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e do resultado da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e do resultado da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- **Outros activos financeiros** — Os fundos de tesouraria são registados pelo valor de aquisição, sendo no final de cada período económico valorizados à cotação indicada pela entidade bancária. Os activos têm a cotação de mercado e o justo valor é determinado pela observação dessas cotações;

- **Clientes e outras contas correntes a receber** — A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.
- **Fornecedores e outras contas a pagar correntes** — As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- **Acréscimos e diferimentos** — As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.
- **Dotações de fundadores** — As dotações do Fundador são registadas no Fundo Patrimonial na data da confirmação da sua atribuição.
- **Subsídios à exploração** — As participações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projectos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adoptado a partir do período de 2016 por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações, a 11 de Fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SE, por um período de dez anos.
- **Inventários** — As mercadorias que correspondem aos livros Ensaios e à Revista XXI e outras Publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- **Resultado líquido do período** — o saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o Fundo patrimonial, rubrica Resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o Resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido acima).

4. Fluxos de caixa e outros activos financeiros

4.1 O saldo da rubrica Caixa e seus equivalentes no final do período da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica Balanço integra o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é apresentada abaixo:

	2021	2020
Numerário	673	665
Depósitos bancários	4 449 183	9 553 024
Total	4 449 856	9 553 689

4.2 O valor de Outros activos financeiros da rubrica Balanço, no montante de 5.721.830 euros, respeita à aplicação num portefólio de investimentos com os seguintes movimentos:

Valor Investido	Movimentos	Valor Mercado – 31/12/2021
5 680 559	41 271	5 721 830
5 680 559	41 271	5 721 830

Os valores dos movimentos ao Justo valor:

	Não Realizadas	Realizadas
Perdas de Justo valor	108 824	75 623
Ganhos de Justo valor	174 142	51 576
Total	65 318	-24 047

5. Inventários

5.1 O movimento ocorrido na rubrica Inventários – mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.20	Aumentos (Compras)	Diminuições		Saldo final 31.12.21
			CMVMC	Ofertas	
Inventários:					
Mercadorias – Ensaio	352 906	110 928	(99 597)	(225 392)	138 843
Mercadorias – Anuários e Outras Publicações	249 615	176 486	(118 085)	(227 121)	80 896
Total	602 521	287 414	(217 682)	(452 514)	219 739

O valor das ofertas de 452.512 euros foi compensada em grande parte pela reversão das imparidades no valor de 301.454 euros.

5.2 O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades é o seguinte:

Rubricas – Ensaio	Saldo final 31.12.21	Saldo final 31.12.20
Mercadoria Fundação	106 891	188 913
Mercadoria à Consignação	31 952	163 993
Total (1)	138 843	352 906

Rubricas – Anuários e Outras Publicações	Saldo final 31.12.21	Saldo final 31.12.20
Mercadoria Fundação	51 927	136 633
Mercadoria à Consignação	28 968	112 983
Total (2)	80 896	249 615
Total Geral (1+2)	219 739	602 521

5.3 A perda por imparidade no inventário de Ensaio, Revista XXI e Outras Publicações referente às edições dos anos de 2010 a 2017, 2018, 2019 e 2020 foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respectivamente. O valor realizável de inventários em balanço é conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Valor Custo 31/12/2021	Imparidade	Valor Realizável Líquido 2021/12/31	Valor Realizável Líquido 2020/12/31
Inventários:				
Mercadorias – Ensaio	138 843	94 980	43 863	82 666
Mercadorias – Revista XXI e Outras publicações	80 896	35 572	45 324	88 115
Total	219 739	130 552	89 187	170 782

5.4 O movimento do período da rubrica Imparidades é o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2020	Imparidade (reversão)	Saldo Final 31.12.2021
Imparidade:			
Mercadorias – Ensaio	270 239	175 259	94 980
Mercadorias – Revista XXI e Outras publicações	161 500	125 928	35 572
Total	431 739	301 187	130 552

5.5 O movimento do valor contabilístico do stock é o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.20	Saldo final 31.12.21
Valor do stock	602 521	219 739
Imparidade	431 739	130 552
Stock contabilístico	170 782	89 187

6. Clientes

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

	2021	2020
Créditos a receber	40 509	90 400
Perdas por imparidades acumuladas	(9 598)	(9 598)
Total	30 911	80 802

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela Fundação, ajustadas pelas respectivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF – Sociedade de publicações, Lda.

7. Estado e outros entes públicos

A rubrica Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1 Activo

	2021	2020
Retenção na Fonte (IRC)	11 958	12 100
IVA – A recuperar	0	0
Total	11 958	12 100

7.2 Passivo

	2021	2020
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS)	39 395	31 681
IVA – A liquidar	33 282	10 655
Contribuições para a Segurança Social	25 950	31 429
Total	98 628	73 765

A Fundação encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao Ministro das Finanças o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

O valor em dívida à Segurança Social corresponde ao valor a liquidar em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Deste modo, a declaração fiscal da Entidade referente ao ano de 2021 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, a Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. Outros créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Acréscimo de Proveitos	0	0
Outros Créditos a receber	32 070	18 579
Total	32 070	18 579

Os valores de Outros Créditos a receber inclui adiantamento a pessoal e adiantamento a fornecedores e saldos de credores diversos de pequeno montante.

9. Diferimentos

A rubrica Diferimentos — Outros gastos a reconhecer, no valor de 59.475 euros (período anterior 18.852 euros), inclui o valor de 8.363 euros referente a serviços prestados com assistência informática, o valor de 4.723 euros referente a prémios de seguros cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2022), e o valor de 46.389 euros referente a oradores cuja prestação de serviços só se realizará em 2022.

10. Fundos Patrimoniais

10.1 O valor da Dotação do Fundador, no montante de 1.000.000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2 O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 7.013.368 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica Diferimentos do período findo a 31 de Dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5.423.500 euros, e que não foram utilizadas no financiamento da actividade da Fundação até à data da caducidade do referido Acordo (Fevereiro de 2016), conforme mencionado acima no ponto 3 – bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado Líquido apurado no período de 2016 (469.675 euros), do período de 2017 (621.084 euros), do período de 2018 (628.616 euros), do período de 2019 no valor negativo (753.443 euros) e do período de 2020 (623.936 euros).

11. Fornecedores

A rubrica Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Fornecedores Conta Corrente	1 376 319	1 240 241
Consultores e Prestadores de serviços individuais	59 753	41 904
Total	1 436 072	1 282 145

O saldo de Fornecedores Conta Corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de Janeiro e Fevereiro, é na totalidade exigível, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento, e é relativo, essencialmente, a prestadores de serviços e a gastos com a produção de publicações, com a participação nos meios de comunicação e com eventos.

12. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Dívidas por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	182 248	183 311
Remunerações Órgãos Sociais	55 836	55 836
Outros acréscimos de gastos	276 563	222 272
Subtotal	514 646	461 418
Outras dívidas	15	43 508
Total	514 662	504 926

Os valores das rubricas Remunerações a liquidar a colaboradores (182.248 euros) e aos Órgãos Sociais (55.836 euros) correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2022, vencidas no exercício de 2021.

A rubrica Outros acréscimos de gastos (276.563 euros) inclui, essencialmente, i) o valor de 156.532 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e comparticipação de gastos (prestados pela UnileverFima/JMDB/JMR); e ii) o valor de 120.031 euros referente a acréscimos de gastos com projectos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. Rédito

13.1 A rubrica Vendas e Serviços prestados decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Venda de ensaios	100 136	86 852
Venda de Revista XXI Anuário	0	783
Venda de outras publicações	62 356	76 933
Subtotal	162 492	164 568
Prestação de serviços (Encontros, Ebooks)	3 816	3 034
Prestação de serviços – Outros	5 467	1 667
Total	171 774	169 269

13.2 A rubrica Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Correcções relativas a períodos anteriores	24 961	48 533
Outros	36 498	1 849
Total	61 459	50 382

O valor de correcções do período anterior, 24.961 euros, corresponde a regularizações referentes aos exercícios dos anos anteriores, e o valor de Outros refere-se a diferenças de câmbios favoráveis (1.483 euros) e à regularização de saldo da Google no valor de 35.000 euros.

14. Subsídios, doações e legados à exploração

Do total dos valores de doações do período, recebidas e registadas em Rendimentos no montante de 7.693.000 euros, 7.000.000 euros foram efectuadas pelo Fundador – Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E., e 693.000 euros pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., conforme o contrato assinado em 20/12/2021 para o projecto “Novo Paradigma Portugal” no montante global de 1.500.000 euros, dos quais 693.000 euros foram alocados a 2021 (recebidos) e os restantes a 2022.

15. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	2021	2020
Trabalhos especializados	4 205 005	3 455 563
Publicidade e comunicação	509 631	406 351
Deslocações e estadas	83 022	81 018
Conservação de edifícios e outros	80 200	61 354
Assessoria jurídica e outros	57 228	55 447
Rendas e alugueres e custos associados	138 779	129 322
Serviços Informática	31 663	26 292
Outros Custos – Cedência de Pessoal	322 382	288 817
Despesas de representação	11 450	9 855
Despesas de comunicação e transporte	34 559	17 865
Outros fornecimentos e serviços	10 025	12 046
Outros custos	1 278 940	1 088 367
FSE – Custos projectos	5 483 945	4 543 930
FSE – Custos funcionamento	369 009	485 081
Total FSE	5 852 954	5 029 011

O valor de FSE – Custos projectos, no montante de 5.483.945 euros, incorpora a maioria dos gastos com os Projectos e Publicações desenvolvidos pela Fundação conforme discriminados na nota 19 abaixo, sendo que a rubrica Trabalhos especializados se refere aos bens e serviços afectos directamente à produção de publicações e realização de eventos, e as restantes rubricas aos gastos administrativos indirectos que foram repartidos pelos projectos. O valor de FSE – Custos de funcionamento, no montante de 369.009 euros, refere-se, essencialmente, a serviços de gestão, despesas administrativas e manutenção do sistema informático.

16. Benefícios dos empregados

16.1. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Remunerações de órgãos sociais	315 835	315 835
Remunerações do pessoal	715 007	645 869
Senhas de Presença	129 131	133 794
Encargos sobre remunerações	181 939	172 905
Outros (seguros, indemnizações, testes Covid)	33 623	11 012
Total	1 375 536	1 279 415

O quadro de Pessoal da Fundação integrava, no final do período, 23 colaboradores (23 colaboradores em 2020), dos quais três são membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

O valor das senhas de presença atribuídas aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Curadores constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A, e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2. A Lei 70/2013, de 30 de Agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de Outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efectuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor de 22.095 euros (no período anterior 19.399 euros) e registado na rubrica em balanço de Investimentos financeiros.

17. Ofertas de livros e outros

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2021	2020
Outros Gastos e Perdas		
Ofertas de edições	414 900	28 495
Ofertas de outras publicações	37 614	30 286
	452 514	58 781
Quotizações e Taxas	2 943	2 000
Correcção de exercícios anteriores	7 685	24 657
Diferenças de câmbio / Outros	2 203	2 317
	12 831	28 974
Total	465 345	87 755

A rubrica Ofertas de edições corresponde às publicações editadas pela Fundação doadas a instituições protocoladas.

A rubrica Diferenças de câmbio/Outros inclui valores relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis, juros de mora, multas e outras penalidades.

18. Aumentos e reduções de justo valor

A rubrica Aumentos e Reduções de Justo Valor do portefólio, no montante de 41.271 euros, compreende a valorização de instrumentos financeiros, de acordo com a cotação indicada pela instituição financeira que gere a carteira. Existe uma Perda de Justo Valor realizada no valor de 24.047 euros que permite não existir imposto a pagar.

	Não realizadas	Realizadas
Perdas de justo valor	108 824	75 623
Ganhos de justo valor	174 142	51 576
Total	65 318	-24 047

19. Outras informações – projectos promovidos e publicações

Os projectos promovidos pela Fundação, que incluem a Coordenação Científica, repartem-se em Projectos Comissão Científica e Outros Programas, estando os primeiros organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade, e, os segundos, em quatro áreas: Debates e Documentários, Portais, Encontros da Fundação, e Reporting & Sistemas de Comunicação.

Até ao final do período de 2021, para a execução de Projectos Científicos e Programas e Publicações, foi aprovado o valor de 60.086.147 euros e realizado o respectivo valor de 57.114.360 euros, conforme se discrimina no mapa acumulado de 2009-2021 de Proposta de Desembolso de Capital (PDC) seguinte:

Rubricas	VALORES APROVADOS			VALORES REALIZADOS		
	Acumulado 2009 a 2020	2021	Acumulado 2009 a 2021	Acumulado 2009 a 2020	2021	Acumulado 2009 a 2021
Economia	2 101 415	938 454	3 039 869	1 666 553	825 288	2 491 841
Instituições	2 996 985	334 927	3 331 912	2 399 042	258 474	2 657 516
Sociedade	4 159 678	550 604	4 710 282	4 416 138	515 848	4 931 986
Projectos anteriores a 2014	3 832 572		3 832 572	3 832 572		3 832 572
Total Projectos Científicos (1)	13 090 650	1 823 985	14 914 635	12 314 305	1 599 611	13 913 916
Debates, Documentários e Out. Projectos	2 375 199	1 200 937	3 576 136	2 131 139	873 182	3 004 321
Portais	12 261 407	1 543 673	13 805 080	11 711 245	1 345 380	13 056 625
Encontros Fundação	11 840 418	636 500	12 476 918	11 848 674	523 723	12 372 397
Reporting & Sistemas de Comunicação	3 581 786	628 470	4 210 256	3 473 674	537 624	4 011 298
Total Outros Programas	30 058 809	4 009 579	34 068 390	29 164 733	3 279 909	32 444 641
Total Projectos Científicos e Programas (2)	43 149 459	5 833 563	48 983 024	41 479 037	4 879 519	46 358 556
Publicações	9 555 997	1 547 125	11 103 122	9 516 275	1 239 529	10 755 804
Total Geral	52 705 456	7 380 689	60 086 147	50 995 312	6 119 048	57 114 360
Verba a Cativar				1 710 145		2 971 785

(1) Os gastos de Projectos Científicos e Outros Programas estão registados na rubrica Fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado), sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projectos.

(2) Os gastos de Publicações são, essencialmente, referentes à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas; ii) ofertas de edições; iii) Fornecimentos e serviços externos – Trabalhos especializados –, gastos com eventos, acções POS e gestão logística, e publicidade e comunicação.

Resumo	2021	2020
Projectos Aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC)	60 086 147	52 705 455
Valores Gastos	(57 114 360)	(50 995 310)
Verba a Cativar (para 2022)	2 971 785	1 710 145

Para fazer face à verba a cativar de 2.971.785 euros relativa aos projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 4.449.183 euros, correspondentes ao saldo da conta de Depósitos à ordem (Nota 4).

20. Aplicação de fundos

Até à data, a Fundação recebeu do Fundador a Dotação Inicial de 1.000.000 euros e subsídios de 80.000.000 euros (74.576.500 + 5.423.500 euros), e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 4.413.931 euros. Ao total de ganhos de 78.990.431 (78.019.607 + 970.824) euros, foram afectos gastos da actividade operacional e custos de funcionamento o montante de 77.045.909 euros, originando um resultado do período 1.944.522 euros, adicionado aos resultados transitados e ao fundo patrimonial inicial, a 31 de Dezembro de 2021 o valor de Fundo Patrimonial é 8.368.022 euros.

	2021		2009-2020		2009-2021
Subsídios (Nota 14)	7 000 000		67 576 500		74 576 500
Subsídios de outras entidades (Nota 14)	693 000		211 170		904 170
Vendas e Serviços prestados (Nota 13.1)	171 774		2 367 163		2 538 937
	7 864 774		70 154 833		78 019 607
Projectos (Nota 18)	6 119 048	77%	50 995 313	74%	57 114 361
Gastos de funcionamento (1)	1 794 990	23%	18 136 558	26%	19 931 548
Total gastos	7 914 038		69 131 871		77 045 909
Outros proveitos não operacionais (2)	403 918		566 906		970 824
Resultado do(s) período(s) (acumulado)	354 653		1 589 868		1 944 522
Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados			5 423 500		5 423 500
Dotação inicial			1 000 000		1 000 000
Fundo Patrimonial			8 013 368		8 368 022

(1) O valor de gastos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), custos de funcionamento da rubrica Fornecimentos e serviços externos (Nota 15) e o valor da rubrica Outros Gastos e Perdas (12.831 euros) e Ofertas de outras Publicações (37.614 euros) (Nota 17);

(2) O valor de Outros proveitos não operacionais resulta de Outros ganhos (61.459 euros) (Nota 13.2), aumentos e reduções de justo valor (41.271 euros) da Nota 18, e o valor de 301.187 euros de reversões da Nota 5.4.

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 7.380 euros.

22. Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

23. Outras informações

Atualizámos a Pordata, continuámos com a edição das publicações, conforme mencionamos no relatório de actividades, mantivemos a programação dos estudos, realizámos o mês da ciência, da educação e a

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.417.382 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.368.021 euros, incluindo um resultado líquido de 354.653 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório Anual nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

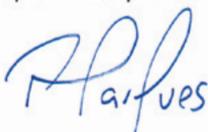
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

AS
D

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

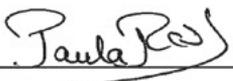
Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Lisboa, 25 de Março de 2022

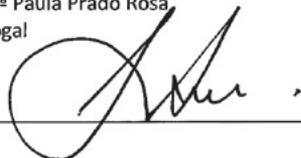
O CONSELHO FISCAL,



Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente



Dr.ª Paula Prado Rosa
Vogal



ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896)



A

N E

X O S

**FUNDAÇÃO**
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Anexo I

Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta

independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo II

Estatutos

Artigo 1.º (Natureza)

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissa, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º (Fins e Objecto)

- 1.** O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras actividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas seleccionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos.
- 2.** As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para: a) População e demografia;

b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; c) O desenvolvimento económico, social e humano; d) Identidade nacional e cultural; e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; f) A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos; g) O Estado de protecção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social; h) As políticas públicas; i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projectos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º (Exclusões)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer actividades de prestação de

cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espectáculos, actividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º (Duração)

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º (Sede)

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º (Património)

- 1.** O património da Fundação é constituído:
 - a) Por um capital inicial próprio de € 1000 000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
 - b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;
 - c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
 - d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
 - e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
 - f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
 - g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua actividade.
- 2.** Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação com excepção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º (Investimentos e Contribuições)

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objecto, finalidade e independência.

Artigo 8.º (Órgãos da Fundação)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º (Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º.

2. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.

3. O presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste.

4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respectivo mandato neste último Conselho enquanto exercer aquelas funções.

5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º (Competência do Conselho de Administração)

1. Compete em especial ao presidente do Conselho de Administração promover os projectos tendentes à realização dos fins da Fundação.

2. Compete ainda ao presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.

3. Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:

- a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os

actos necessários a esse fim, incluindo os actos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;

- b) Aprovar os planos anuais de actividade, o relatório, balanço e contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;
- c) Aprovar o orçamento anual;
- d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a reflectirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;
- e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;
- f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projectos concretos da Fundação.

Artigo 11.º (Comissão Executiva)

- 1.** A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de presidente do Conselho de Administração.
- 2.** A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, excepto se os seus membros tiverem já

sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.

- 3.** Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:
 - a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;
 - b) Avaliar e aprovar propostas de projectos ou actividades e todos os respectivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projectos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;
 - c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.
- 4.** As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

Artigo 12.º (Vinculação da Fundação)

- 1.** O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.
- 2.** A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva, podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º (Conselho de Curadores)

1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das actividades da Fundação.

2. O presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado

uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4;
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao presidente do Conselho de Curadores;
- d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne pelo menos uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, de sua iniciativa ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao presidente, com

excepção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Isalvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respectivo presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º (Competência do Conselho de Curadores)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

- a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;
- b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;
- c) Destituir os membros do Conselho de Administração;
- d) Deliberar sobre as propostas do presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à

adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adopção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;

- e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;
- f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;
- g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
- h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respectivo presidente;
- i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

Artigo 15.º (Fiscalização)

- 1.** A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um presidente e dois vogais.
- 2.** O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.
- 3.** Compete ao órgão de fiscalização:
 - a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
 - b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação;
 - c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

Artigo 16.º (Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção)

- 1.** A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes

termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:

- a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efectividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efectividade de funções, conjuntamente considerados;
- b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º (Vontade da Fundadora)

Os presentes Estatutos reflectem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

Anexo III

Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I — Declaração de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída a 12 de Fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedicase e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas,

que — assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise — tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projectos — os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores —, a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento activo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima

transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua actividade são muito variadas, embora se devam destacar — por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo — as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade

social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actua, e sempre actuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II — Código de Boas Práticas

Introdução e Princípios Gerais

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada “Fundação” ou “FFMS”, rege-se pelos seus Estatutos, pela sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

a) pelo princípio da transparência de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as actas das reuniões dos seus órgãos

estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;

b) pelo princípio democrático, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;

c) pelo princípio da lealdade institucional, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos directivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta profissional elencados no presente Código de Boas Práticas;

d) pelos princípios da verdade e da legalidade, assumindo a Fundação o compromisso de que toda a informação por si prestada é actual, objectiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

Âmbito de aplicação

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o

público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

Princípios e regras funcionais

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da acção da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes, por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.

Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre reflectir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação selecciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objectiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação

de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objectivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objectivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e colectiva com vista à prossecução da sua missão.

Acção social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de acção social efectiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objectivo de melhorar o seu bem-estar e qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua actuação, todos os titulares dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação não podem praticar actos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base nas ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por acção ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que consubstanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Protecção de dados pessoais

1. A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais a que, em razão da sua natureza e actividade específica, tenha acesso e/ou dos quais seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e/ou informação confidencial, excepto se no âmbito normal das suas funções e/ou em

cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.

2. Quando verificadas as excepções anteriormente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em matéria de tratamento de protecção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Protecção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adoptar as melhores práticas de protecção ambiental, nomeadamente promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das actividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua actividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional, promovendo a melhoria contínua dos

padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

- a) Que conheçam e actuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
- b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.

Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer actos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

Dever de informação funcional

1. Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.

2. É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afectar o bom nome, a integridade, ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados

de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das suas funções, nem a pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.

2. É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1. Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e protecção dos activos e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais activos e recursos para o respectivo fim social e a proteger os mesmos contra fraude, furto, alteração ou perda decorrente de actos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.

2. Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adoptar procedimentos e conduta que

asseguem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscrição de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.

3. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem respeitar e proteger o património da Fundação. Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objectivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua protecção e bom estado de conservação e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.

4. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem ainda, no âmbito da sua actividade, adoptar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas da Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de percepção de ofertas ou outros benefícios

1. Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer oferendas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer

forma se relacionem com a sua actividade na Fundação.

2. Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se activamente a todas as formas de corrupção, activa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1. Entende-se que existe conflito de interesses, actual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado, directo ou indirecto, que em determinada matéria possa influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho imparcial e objectivo das suas funções ou por qualquer forma colida, potencial ou efectivamente, com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro susceptíveis de, naquele

contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.

2. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para outro titular de órgão estatutário ou colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3. Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente do Conselho de Curadores.

4. Se o superior hierárquico, o presidente do Conselho de Administração ou o presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.

5. As actas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respectivos membros.

6. Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao presidente do Conselho de Curadores ou ao presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas

das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua actualização sempre que se verifiquem quaisquer alterações.

7. Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1. O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer actividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

2. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer actividades científicas ou académicas, podendo dedicar-se à docência ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras actividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.

3. O exercício de uma actividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá reflectir-se, necessariamente, na respectiva remuneração.

4. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação

deverão comunicar ao presidente do Conselho de Administração todas as funções que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1. São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:

- a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;
- b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.

2. O Conselho de Administração deliberação caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

Actividades Políticas

1. No exercício de actividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respectivos Estatutos.

2. Os membros da Comissão Executiva, Coordenadores e Consultores de Área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direcção política ou executiva nacional nem ser porta-vozes de partidos políticos.

Disposições finais

Publicidade

- 1.** O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte electrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua actualização e adaptação.
- 2.** A Fundação deverá adoptar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet.
- 3.** No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.

Dúvidas e omissões

- 1.** Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objecto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado um Curador que ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo

ser-lhe veiculado directamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.

- 2.** Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem excepção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

Anexo IV

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

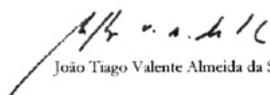
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira

Despacho n.º 3294/2013

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva privada n.º 508867380, com sede na Rua Tierno Galvan, freguesia de Santa Isabel, concelho e distrito de Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12 de Fevereiro de 2009 e reconhecida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 5 de junho de 2009.

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 12 de março de 2010, publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março de 2010, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/76/2013 do processo administrativo n.º 53/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 10503/2012, de 31 de julho de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 6 de agosto de 2012, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

29 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*
3072013

Anexo V

Despacho de Autorização de Alteração Estatutária



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Registado c/ A.R.

Ex.ma Senhora
Dr.ª Isabel Mayer Martinha
Na qualidade de mandatária da
Fundação Francisco Manuel dos Santos
Rua Castilho, n.º 59, 4.º Dt.º
1250-068 Lisboa

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Ofício n.º	Data
		P.º 17/FUND/2016	3209/DAJD/2016	2016 DEZ 15

Assunto: Pedido de autorização de alteração estatutária

Relativamente ao assunto em epígrafe, junto remeto cópia do despacho autorizador proferido pela Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa em 13 do corrente mês de dezembro, bem como da informação ali referida, que leva anexo o texto dos estatutos.

Mais informo que deverá remeter a estes serviços, logo que disponível, cópia da escritura de alteração estatutária efetuada na sequência desta autorização.

Com os melhores cumprimentos

 A Secretária-Geral Adjunta

Catarina Romão Gonçalves


ANA SASSETTI da MOTA
Directora de Serviços
Assuntos Jurídicos e Documentação

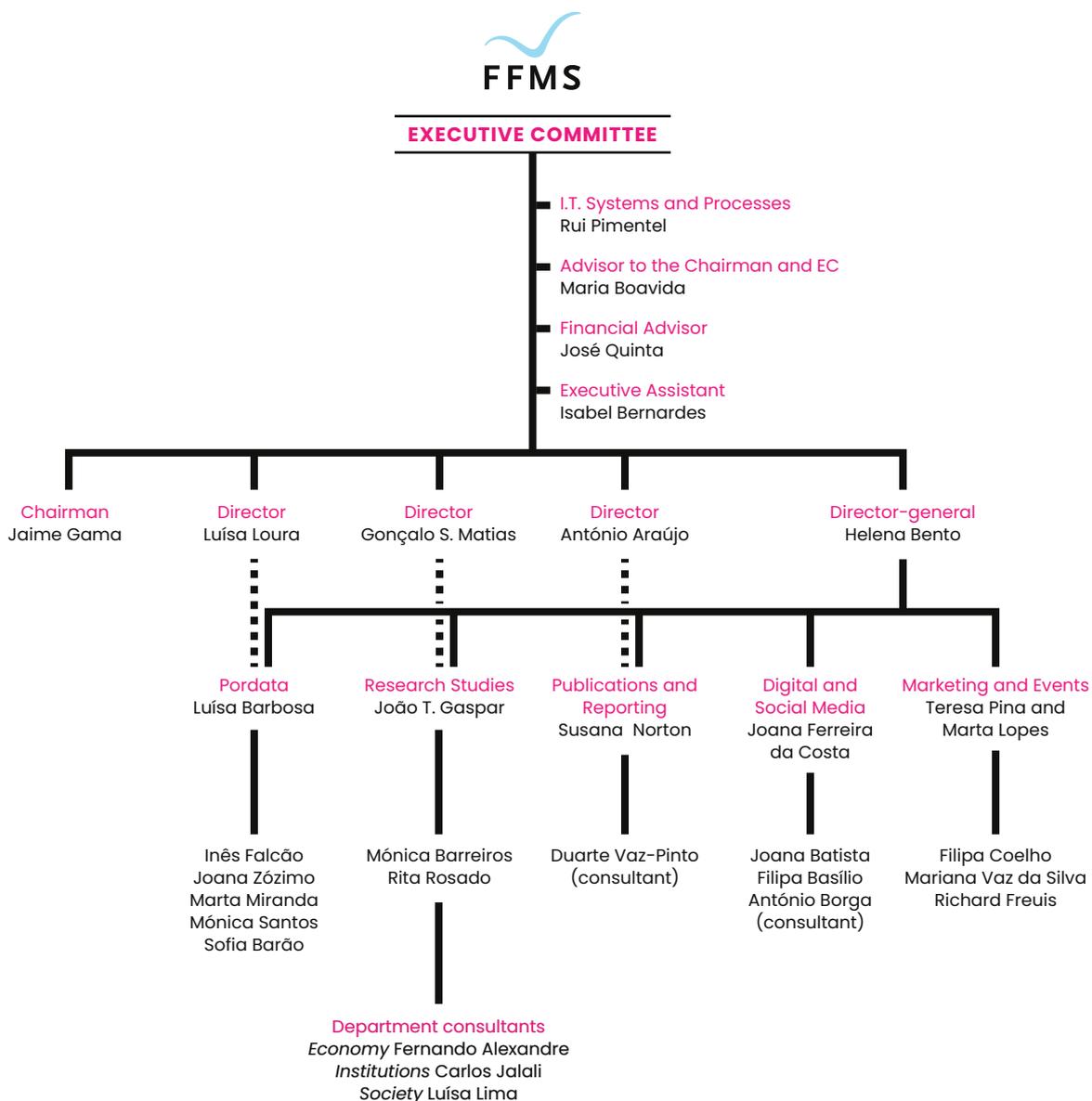
Anexos:

- Cópia do despacho da SEAMA
- Cópia da informação DAJD/1186/2016

MJG

Anexo VI

Organigrama da Fundação a 31/12/2021



Anexo VII

Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação

- 1.** A avaliação das actividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objectivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.
- 2.** A avaliação das actividades da Fundação tem como objectivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre actividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.
- 3.** Em nenhum momento a avaliação das actividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos

termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.

- 4.** As avaliações podem ser internas e externas.
- 5.** As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.
- 6.** As avaliações externas serão excepcionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.
- 7.** A avaliação das actividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será da competência da Comissão Executiva, excepto quando envolva um montante superior a 100 mil euros nos termos do Regulamento Interno.
- 8.** A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:
 - a) Tipo de avaliação;
 - b) Objectivo da avaliação;
 - c) Nome dos avaliadores;
 - d) Termos de referência da avaliação;
 - e) Calendário da avaliação;
 - f) Metodologia da avaliação.
- 9.** A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10. Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objectivo específico de assistir o Conselho de Administração no exercício das suas competências.

Anexo VIII

Lista de Sites da Fundação

Portal e *Blog* da Fundação

www.ffms.pt

O portal institucional da Fundação é uma plataforma para acompanhar toda a actividade da Fundação, das conferências, às edições, dos estudos e do programa científico aos documentários, vídeos e *podcasts*. É também uma loja *online*. O ffms.pt dá acesso às diferentes bases de dados e *sites* da Fundação e é dotado de uma divisão funcional entre “*website*” e “*blog*”, permitindo assim alternar entre a zona onde a Fundação apresenta o seu directório de serviços e a sua agenda editorial, e uma área onde são publicados artigos exclusivos sobre a actualidade. O portal pode ser consultado tanto em telemóvel como

em *tablet*, estando os seus conteúdos disponíveis para uma audiência universal, independentemente dos meios de acesso utilizados. Para que o conhecimento esteja disponível onde e quando for necessário.

Pordata

www.pordata.pt

A Pordata foi apresentada ao público a 23 de Fevereiro de 2010 e é constituída por três bases de dados — Portugal, Europa e Municípios. Aqui encontram-se estatísticas provenientes de fontes oficiais e certificadas, com competências de produção de informação nas áreas respectivas. O esforço da Fundação consiste em recolher e organizar a informação existente, tornando-a mais acessível e clara para os utilizadores. Sempre que possível, apresentam-se dados desde 1960, sobre diversos temas da sociedade, distribuídos por 2 900 quadros estatísticos. Em Março de 2020, a Pordata passou também a ter uma área dedicada ao acompanhamento do impacto social e económico da pandemia de Covid-19 — “Os Números da Crise” —, que reúne dezenas de indicadores-chave de fontes estatísticas diferentes e permite comparações com outros países, da Europa e do mundo.

Fronteiras XXI

www.frenteirasxxi.pt

Debater os grandes temas que desafiam Portugal e o mundo, colocando frente a frente conceituados especialistas e uma plateia seleccionada. É este o desafio do *Fronteiras XXI*, o programa de debate mensal que resulta de uma parceria entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e a RTP. O *site* foi criado para ampliar o debate que se realiza na televisão e para desafiar o público a saber mais sobre os temas em discussão, com artigos e infografias exclusivos, artigos, notícias e vídeos sobre os temas em debate. Permite também que os utilizadores enviem perguntas que gostariam de ver respondidas e que participem no programa ao vivo.

POP — Portal de Opinião Pública

www.pop.pt

Lançado em Fevereiro de 2013, o POP é um agregador de dados sobre os valores, as atitudes e os comportamentos dos europeus nos últimos 20 anos, e resultou da colaboração entre a Fundação e o ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Aqui pode analisar-se a evolução das opiniões ao longo do tempo, comparar a opinião pública entre povos e cruzar dois indicadores em simultâneo. Coligido com base em três grandes inquéritos

europeus — Eurobarómetro, Inquérito Social Europeu e Estudo Europeu de Valores —, o *site* conta com mais de uma centena de indicadores sobre temas tão diversos como a Família, a Religião, a Política ou a Economia.

Direitos e Deveres do Cidadão

www.direitosedeveres.pt

Lançado em Abril de 2014, este portal destina-se a informar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres, tanto na relação entre eles como com as autoridades e demais instituições. Um meio de informação acessível, organizado e prático, sobre os direitos e os deveres dos Portugueses nas variadas situações do dia-a-dia que podem ter implicações jurídicas.

Com perto de um milhar de perguntas e respostas, o portal organiza-se em nove grandes temas. É actualizado regularmente ao longo de cada ano, mas a contínua produção legislativa, nacional e europeia não permite uma correcção imediata das respostas divulgadas. Assim, todas as perguntas e respostas encontram-se devidamente identificadas com a data da última actualização. Este portal não pretende resolver casos concretos que necessitem de apoio legal ou jurídico. A sua consulta também não substitui a consulta de advogados e de outros especialistas do Direito.

Pordata Kids

www.pordatakids.pt

Online desde Setembro de 2015, a Pordata Kids é uma plataforma estatística dedicada a crianças entre os 8 e os 12 anos. Está dividida em dez grandes temas que podem ser explorados navegando na “Cidade Pordata”. Muitas das estatísticas apresentadas acompanham metas curriculares, ajudando os professores a complementar as suas aulas com informações actualizadas e rigorosas sobre o país.

Cronologias do Portugal Contemporâneo

<http://cronologias.ffms.pt/>

Apresentado ao público em Fevereiro de 2016, este *site* contém mais de dez mil factos sobre os últimos 58 anos, incluindo histórias surpreendentes bem como os acontecimentos políticos, económicos e culturais mais relevantes desde 1960. A RTP associou-se ao projecto, disponibilizando o seu arquivo áudio e vídeo, permitindo assim a inclusão de vários filmes, notícias e peças de rádio em cada conteúdo. Por sua vez, o Círculo de Leitores assumiu a edição exclusiva desta obra em livro, produzindo cinco volumes, um por cada década. O *site* foi este ano actualizado com os acontecimentos mais revelantes dos anos de 2017 e 2018, divididos em cinco grandes áreas.

Nascer em Portugal

<http://nascereportugal.ffms.pt/>

Apresentado publicamente em Maio de 2016, este projecto digital vem responder à pergunta “Temos menos filhos e cada vez mais tarde. Porquê?”. Partindo dos resultados do *Inquérito à Fecundidade 2013*, realizado no âmbito de uma parceria entre a Fundação e o INE, das estatísticas oficiais conhecidas e do estudo *Determinantes da Fecundidade em Portugal*, criou-se esta plataforma digital e interactiva, pensada para todos: homens e mulheres, mais ou menos novos, com ou sem filhos. A TVI24 associou-se ao projecto, realizando reportagens que transportam o leitor para o campo da investigação jornalística sobre o tema. Apresentada de uma forma verdadeiramente inovadora, esta obra multimédia, actualizada anualmente, é uma referência essencial para quem quiser saber mais sobre as razões por trás da decisão de ter ou não ter filhos em Portugal.

Portugal Desigual

<https://portugaldesigual.ffms.pt/>

Lançado em Setembro de 2016, em parceria com a SIC e o jornal *Expresso*, este projecto interactivo tem por base o estudo *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*,

da autoria de Carlos Farinha Rodrigues. Aqui encontram-se as principais alterações ocorridas na distribuição do rendimento e nas condições de vida dos Portugueses ao longo do período de vigência do programa de ajustamento. O site é actualizado anualmente para divulgar novos dados sobre pobreza e desigualdade, nomeadamente dados regionais, organizados em mapas de fácil leitura.

Crises na Economia Portuguesa

<https://www.ffms.pt/crises-na-economia-portuguesa>

Lançado em Outubro de 2020, a obra digital *Crises na Economia Portuguesa*, resulta de um trabalho inédito no país da autoria de um grupo de oito peritos, e coordenado pelo economista Ricardo Reis, que datou o início e o fim das crises na economia nacional desde 1980. De forma simples e rigorosa, suportada por gráficos e vídeos, permite-nos conhecer cada recessão, com dados e informação detalhada sobre as origens das crises na economia do país e os seus efeitos no dia-a-dia dos Portugueses.

Sistema de Pensões

<https://sistemadepensoes.pt/>

Lançado em 2019, este portal pretende contribuir para um debate mais

informado sobre um tema decisivo para o país: como funciona o sistema de pensões nacional e qual a sua sustentabilidade financeira e social a longo prazo. Baseia-se no estudo *Sustentabilidade Financeira e Social do Sistema de Pensões Português*, do especialista em políticas públicas Amílcar Moreira. Inclui projecções sobre a evolução das pensões até 2070 e comparações de gastos com outros países europeus.

Educação em Exame

<https://educacaoemexame.pt/>

A partir de 2000, o PISA (*Programme for International Student Assessment*) permitiu tirar a fotografia aos sistemas educativos, revelar sucessos e expor fraquezas. Os resultados dos alunos portugueses melhoraram significativamente nestes testes internacionais, passando da cauda da OCDE para desempenhos acima da média dos países da organização. Porquê? O que aconteceu para os resultados melhorarem? O site “Educação em Exame” apresenta os resultados do PISA, acrescentando dados de outras fontes. Aqui é disponibilizada uma visão única, comparada e evolutiva sobre o sistema educativo em Portugal nos últimos 15 anos, tendo em conta três eixos fundamentais: os alunos e as famílias; os professores e as escolas; e os recursos que o país dedica a esta área.

GPS – Global Portuguese Scientists

<https://gps.pt/>

Uma plataforma digital para sabermos quantos são, onde estão e como são os percursos dos cientistas portugueses espalhados pelo mundo. Apresentada publicamente em Novembro de 2016, a rede GPS tem como objectivo fomentar a colaboração entre cientistas portugueses que trabalham em diferentes países e aproximar a diáspora científica da sociedade portuguesa de modo a aumentar a sua visibilidade e o seu reconhecimento em Portugal. Coordenada por David Marçal, o GPS é uma iniciativa da Fundação concretizada através de uma colaboração com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva, a Universidade de Aveiro e a Altice Labs.

Anexo IX Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2021

Protocolos e parcerias

- Âmbito Cultural do El Corte Inglés
- ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias
- APEL, Associação Portuguesa de Editores de Livros
- Arquivo da RTP
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Centro Hospitalar Barreiro Montijo
- CMTV – Programa Falar Global
- CNN Portugal
- *Destak* (jornal)
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
- Fundação Altice
- Hospital Garcia de Horta
- Hospital São Francisco Xavier
- Hospital Amadora Sintra
- ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
- *Jornal Económico*
- Museu Nacional de Arte Antiga

- NECPRI — Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nova
- *Observador* (jornal)
- Pavilhão do Conhecimento — Ciência Viva
- *Público* (jornal)
- Rádio Antena 1
- Rádio Renascença
- Revista *Visão*
- Rede de Bibliotecas Escolares
- RTP, Radiotelevisão de Portugal
- Teatro Thalia
- TVI
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Aveiro, UA
- Universidade de Coimbra, UC
- Universidade de Lisboa, UL
- Universidade do Minho, um
- Universidade do Porto, UP
- Universidade dos Açores, UA
- Universidade Nova de Lisboa, UNL
- V-Dem: Varieties of Democracy

Fontes Pordata

Portugal/Municípios

- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)
- Banco de Portugal (BP)
- Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Assembleia da República (AR)
- Procuradoria-Geral da República (PGR)

- Comissão Nacional de Eleições (CNE)
- Governo dos Açores
- Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Administração Interna

- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
- Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ambiente e Acção Climática

- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)
- Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direcção-Geral do Território (DGT)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

- Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)*
- Direcção-Geral do Ensino Superior (DGES)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT)
- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)*
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)*
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

Cultura

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)
- Organismo de Produção Artística, E. P. E. (OPARTE)
- Teatro Nacional de São João, E. P. E. (TNSJ)
- Teatro Nacional D. Maria II, E. P. E. (TNDMII)

Economia e Transição Digital

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)*
- Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)*

Educação

- Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)*
- Instituto de Avaliação Educativa, I. P. (IAVE)
- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)*
- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)
- Júri Nacional de Exames (JNE)
- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

Finanças

- Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E.P.E (IGCP)
- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
- Caixa Geral de Aposentações (CGA)*
- Direcção-Geral do Orçamento (DGO)
- Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTf)
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)

Infra-estruturas e Habitação

- Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)

Justiça

- Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)*

Mar

- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

Modernização do Estado e da Administração Pública

- Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
- Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)
- Instituto de Protecção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE)

Saúde

- Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS)
- Direcção-Geral de Saúde (DGS)
- INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED)
- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

- Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA)*
- Direcção-Geral da Segurança Social (DGSS)

- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)*
- Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
- Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS)
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS)
- Instituto de Informática, I. P. (II)

Internacional

- Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)
- Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO)
- U.S. Bureau of Labour Statistics
- Direcção-Geral Sociedade da Informação da Comissão Europeia (DG INFSO)
- Agência Europeia do Ambiente (AEA)
- Agência Internacional de Energia (AIE)
- Banco Central Europeu (BCE)
- Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (JRC)
- Centro Temático Europeu sobre o Ar e as Alterações Climáticas (ETC/ACC)
- Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)
- Comissão Europeia (CE)
- DG Acção Climática da Comissão Europeia (DG CLIMA)
- Institutos Nacionais de Estatística (INE)
- Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações do Japão
- Nações Unidas (NU)

(*) Tutela partilhada

Anexo X

Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2021

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos, presidente
Alda Carvalho
António Lobo Xavier
Eduardo Marçal Grilo
Luís Amado
D. Manuel Clemente
Nuno Garoupa

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos, presidente
Eduardo Marçal Grilo
Luís Amado

Conselho de Administração

Jaime Gama, presidente
António Araújo
Fátima Barros
Gonçalo Matias
Helena Bento
Inês Soares dos Santos Canas
Luísa Loura
Maria Manuel Mota
Nuno Crato

Comissão Executiva

Jaime Gama, presidente
Helena Bento, directora-geral
António Araújo, director de publicações
Gonçalo Matias, director de estudos
Luísa Loura, directora da Pordata

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, presidente
Paula Prado
Auditor Externo, EY

Anexo XI

Academia Pordata, Acções de Formação em 2021

Evolução de formações e formandos (total), desde o início do programa:

Total acumulado de formações e formandos presenciais

	Formandos	Formações
2010	1 070	70
2011	3 352	164
2012	3 644	136
2013	6 308	315
2014	10 717	486
2015	16 998	771
2016	17 802	690
2017	15 042	506
2018	9 798	382
2019	17 078	138
2020*	12 997	368
2021	24 408	540
Total	139 214	4 566

* Devido à pandemia, em 2020 as formações presenciais só foram possíveis entre Janeiro e Março. Nos restantes meses do ano, foram realizadas através da plataforma *online* Zoom.

Anexo XII

Vendas Acumuladas dos Ensaios da Fundação, 2010–2021

N.º Título	Data de Lançamento	Total
1 Ensino do Português	Junho 10	38 629
2 Economia Portuguesa	Junho 10	27 223
3 Portugal: Os Números	Junho 10	24 824
4 Justiça Fiscal	Setembro 10	32 418
5 Difícil é Educá-los	Outubro 10	21 564
6 Autoridade	Outubro 10	10 894
7 Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	Outubro 10	10 090
8 Filosofia em Directo	Janeiro 11	26 420
9 Segurança Social	Janeiro 11	12 396
10 A Ciência em Portugal	Janeiro 11	10 291
11 Economia, Moral e Política	Abril 11	31 224
12 Discriminação da Terceira Idade	Abril 11	9 737
13 Corrupção	Abril 11	14 708
14 Portugal e o Mar	Abril 11	13 383
15 Sondagens, Eleições e Opinião Pública	Maio 11	8 107
16 A Televisão e o Serviço Público	Julho 11	5 195
17 Os Atrasos da Justiça	Julho 11	6 075
18 A Morte	Julho 11	21 119
19 Ensaio Republicano	Setembro 11	6 054
20 O Governo da Justiça	Setembro 11	6 402
21 Liberdade e Informação	Setembro 11	6 832
22 A Nova Medicina	Janeiro 12	12 218
23 Classe Média: Ascensão e Declínio	Janeiro 12	9 776
24 Portugal: Dívida Pública e o Défice Democrático	Janeiro 12	13 220
25 Forças Armadas em Portugal	Maio 12	6 633
26 O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	Maio 12	8 919
27 Matemática em Portugal, Uma Questão de Educação	Maio 12	6 362
28 O Ensino da História	Outubro 12	4 123
29 Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional	Outubro 12	8 192
30 A Crise, a Família e a Crise da Família	Outubro 12	5 526
31 O Trabalho, Uma Visão de Mercado	Janeiro 13	5 905
32 O Futuro do Estado Social	Janeiro 13	7 894
33 Pela Sua Saúde	Janeiro 13	6 822
34 Liberdade de Expressão	Maio 13	4 623
35 Sobre a Morte e o Morrer	Maio 13	5 710

N.º Título	Data de Lançamento	Total
36 A Sexualidade	Maio 13	4 207
37 Os Investimentos Públicos em Portugal	Outubro 13	4 234
38 Parcerias Público-Privadas	Outubro 13	5 273
39 Portugal e a Europa: Os Números	Outubro 13	4 746
40 Identidade Cultural Europeia	Dezembro 13	10 663
41 Economia Paralela	Janeiro 14	4 631
42 O Futuro da Floresta em Portugal	Janeiro 14	5 275
43 Educação e Liberdade de Escolha	Janeiro 14	5 257
44 Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	Maio 14	3 289
45 Migrações e Cidadania	Maio 14	3 360
46 O Cancro	Maio 14	6 947
47 Os Portugueses e o Mundo	Outubro 14	4 096
48 Pseudociência	Outubro 14	7 859
49 Sociedade Civil	Outubro 14	3 046
50 Confiança nas Instituições Políticas	Janeiro 15	3 351
51 Ética com razões	Janeiro 15	6 383
52 Crianças e Famílias num Portugal em Mudança	Maio 15	4 333
53 A Agricultura Portuguesa	Maio 15	4 542
54 O Parlamento Português	Maio 15	3 312
55 Adolescentes	Setembro 15	5 785
56 Política Externa Portuguesa	Setembro 15	4 182
57 O Dinheiro	Setembro 15	3 385
58 Rússia e Europa	Janeiro 16	5 933
59 Portugal e o Espaço	Janeiro 16	1 924
60 Política e Entretenimento	Janeiro 16	2 614
61 O Futuro da UE	Maio 16	3 284
62 Portugal e o Atlântico	Maio 16	3 358
63 Turismo em Portugal	Maio 16	3 604
64 A Democracia na Europa	Agosto 16	3 099
65 Pessoas com Deficiência em Portugal	Agosto 16	2 668
66 Ambiente em Portugal	Agosto 16	3 224
67 O Valor da Arte	Outubro 16	5 103
68 Crise e Crises	Outubro 16	2 600
69 Portugal, um Perfil Histórico	Outubro 16	5 920
70 Portugal: Paisagem Rural	Janeiro 17	4 357
71 Portugal e o Comércio Internacional	Janeiro 17	2 541
72 Euro e o Crescimento Económico	Janeiro 17	2 944
73 Os Exportadores Portugueses	Maio 17	2 196
74 Partidos e Sistemas Partidários	Maio 17	3 849
75 O Sistema Político Português	Maio 17	4 339
76 Futebol, o Estádio Global	Setembro 17	1 782
77 A Universidade como Deve Ser	Setembro 17	3 656
78 O Ensino Superior em Portugal	Setembro 17	2 344
79 Qualidade da Democracia	Janeiro 18	2 883

N.º Título	Data de Lançamento	Total
80 Hiperactividade e Défice de Atenção, Ausência e Procura de Si	Janeiro 18	6 337
81 Nós e os Outros	Janeiro 18	5 518
82 A Saúde Mental dos Portugueses	Maio 18	5 302
83 As Pescas em Portugal	Maio 18	2 567
84 Cinema e História: Aventuras Narrativas	Maio 18	3 953
85 Envelhecimento e Políticas de Saúde	Setembro 18	2 658
86 Ditadura e Democracia	Setembro 18	2 946
87 Desperdício Alimentar	Setembro 18	3 150
88 Prevenir Doenças e Conservar a Saúde	Janeiro 19	5 915
89 A Energia em Portugal	Janeiro 19	2 639
90 Inteligência Artificial	Janeiro 19	9 159
91 Eleições na União Europeia	Abril 19	1 933
92 Administração Pública Portuguesa	Abril 19	2 972
93 Religião em Portugal	Abril 19	1 787
94 A Europa Não é um País Estrangeiro	Junho 19	1 900
95 Pode Portugal ter uma Estratégia?	Junho 19	2 431
96 Criminalidade e Segurança	Setembro 19	1 788
97 As Plantas e os Portugueses	Setembro 19	5 352
98 Saúde Digital	Setembro 19	2 482
99 A Habitação Apoiada em Portugal	Janeiro 20	1 791
100 Património Cultural: Realidade Viva	Janeiro 20	3 427
101 Ferrovia em Portugal: Passado, Presente e Futuro	Janeiro 20	3 779
102 E Se Eu Não Puder Decidir? Saber Escolher no Final da Vida	Maio 20	2 481
103 Cuidado Paliativos, Conheça-os Melhor	Maio 20	2 822
104 O Mundo de Amanhã: Geopolítica Contemporânea	Maio 20	3 320
105 Adolescentes: As Suas Vidas, o Seu Futuro	Setembro 20	2 016
106 Jobs for the Boys? As Nomeações Para o Topo da Administração Pública	Setembro 20	1 576
107 Hábitos Alimentares dos Portugueses	Setembro 20	1 420
108 Os Incêndios Florestais em Portugal	Janeiro 21	1 774
109 Descentralização e Poder Local em Portugal	Janeiro 21	2 629
110 O Regresso das Ditaduras?	Janeiro 21	3 746
111 Alterações Climáticas	Maio 21	3 681
112 Racismo Hoje, Portugal em Contexto Europeu	Maio 21	2 495
113 Sexualidade e Reprodução em Portugal, os Tempos da Pandemia	Maio 21	1 347
114 Alterações Climáticas, Porquê Conservar a Biodiversidade?	Setembro 21	1 024
115 Lisboa em Metamorfose	Setembro 21	955
116 Democracia Local	Setembro 21	1 210
Total		744 175

Anexo XIII

Vendas Acumuladas dos Retratos da Fundação, 2014–2021

N.º Título	Data de Lançamento	Total
1 Prematuros	Maio 14	3 530
2 Portugal em Ruínas	Maio 14	12 573
3 Longe do Mar	Maio 14	5 600
4 Portugal de Perto	Outubro 14	2 981
5 Terra Firme	Outubro 14	3 967
6 Na Urgência	Outubro 14	3 952
<i>Pack Retratos</i>	Novembro 14	229
7 Malditos — Histórias de homens e de lobos	Março 15	7 161
8 Aleluia	Março 15	3 146
9 Atelier	Março 15	2 482
10 A Escola	Maio 15	2 668
11 Os Últimos Marinheiros	Maio 15	4 376
12 A Porteira, a Madame e Outras Histórias de Portugueses em França	Maio 15	5 212
13 Telenovelas, Indústria e Cultura, Lda.	Janeiro 16	2 343
14 Alentejo Prometido	Fevereiro 16	11 466
15 Esquadra de Polícia	Fevereiro 16	2 903
16 Arigato Eu	Maio 16	3 354
17 Raízes	Maio 16	2 695
18 Movimento Perpétuo	Maio 16	3 394
19 Guardas de Passagem de Nível	Fevereiro 17	2 900
20 Em Nome da Filha	Fevereiro 17	1 848
21 Hotel, os Bastidores	Fevereiro 17	2 916
22 Peregrinos	Abril 17	2 703
23 Vale a Pena	Maio 17	2 639
24 Trás-os-Montes, o Nordeste	Maio 17	5 511
25 Ajudar a Cair	Setembro 17	1 258
26 Porto, Última Estação	Setembro 17	2 204
27 Turista Infiltrado	Setembro 17	2 563
28 Terapias, Energias e Outras Fantasias	Fevereiro 18	3 017
29 Filhos da Quimio	Fevereiro 18	3 824
30 Com a Devida Vénia: Diários dos Tribunais	Fevereiro 18	1 877
31 No Centro do Poder: Governo e Administração em Portugal	Maio 18	2 274
32 Da Costa	Maio 18	2 770
33 Vida de Prisão	Maio 18	2 705
34 Ainda Aqui Estou	Setembro 18	2 079

N.º Título	Data de Lançamento	Total
35 Viver da Morte	Setembro 18	1 541
36 Cientistas Portugueses	Fevereiro 19	1 895
37 Arquive-se	Fevereiro 19	1 741
38 Efeito Marcelo, o Comentário Político na Televisão	Fevereiro 19	1 311
39 Quinas e Castelos, Sinais de Portugal	Maio 19	6 334
40 O Macaco Bêbedo Foi à Ópera: Da Embriaguez à Civilização	Maio 19	6 936
41 Vila Medieval	Maio 19	1 934
42 Que Nós Estamos Aqui: 12 Passos para a Recuperação	Janeiro 20	1 490
43 Prisões	Janeiro 20	1 707
44 Cobras, Lagartos e Baratas: Os Melhores Amigos do Homem?	Janeiro 20	1 397
45 Os Pombos da Senhora Alice: Envelhecer em Portugal	Maio 20	1 733
46 Maternidade	Maio 20	1 468
47 Cidade Suspensa, Lisboa em Estado de Emergência?	Junho 20	-
48 Culatra, Uma Ilha com Gente Dentro	Agosto 20	1 171
49 Regras de Isolamento	Agosto 20	984
50 45 Anos de Combate à Corrupção	Janeiro 21	2 316
51 Quando as Escolas Fecharam: Cadernos de Pandemia	Janeiro 21	1 463
52 A Blogosfera Portuguesa: Da Coluna Infame ao Ocaso de uma Era	Janeiro 21	623
53 Museus de Lisboa	Maio 21	1 697
54 Adopção Tardia	Maio 21	1 836
55 Os Homens Também Choram, Histórias da Nova Masculinidade	Maio 21	2 379
56 Homens Sem Coração	Setembro 21	2 079
57 Ilhas da Ria	Setembro 21	1 813
58 Em Que Posso Ser Útil	Setembro 21	1 105
Total		174 073

A Equipa da Fundação em 2021



Fundação Francisco Manuel dos Santos
Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 7.º
1099-081 Lisboa
NIF: 508 867 380 · Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Título: Relatório Anual 2021
Revisão de texto: Rita Matos
Design de capa: FYP For Yesterday Projects
Paginação: Guidesign
Impressão: Guide — Artes Gráficas, Lda.
© FFMS, Maio 2022



ffms.pt